



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ana Beatriz Oliveira Silva

**PATRIARCADO E CAPITALISMO: PADRÕES DE GÊNERO SOCIALMENTE  
IMPOSTOS À MULHER E UM RECORTE SOBRE A LESBIANIDADE:**

Lesbofobia e Lesbocídio no Brasil

Mariana-MG

2024

**Ana Beatriz Oliveira Silva**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATRIARCADO E CAPITALISMO: PADRÕES DE GÊNERO SOCIALMENTE  
IMPOSTOS À MULHER E UM RECORTE SOBRE A LESBIANIDADE :**

Lesbofobia e Lesbocídio no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social pela Universidade Federal de Ouro  
Preto.

Orientador: Davi Machado Perez

Mariana-MG

2024

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586p Silva, Ana Beatriz Oliveira.  
Patriarcado e capitalismo [manuscrito]: padrões de gênero socialmente impostos à mulher e um recorte sobre a lesbianidade : Lesbofobia e Lesbocídio no Brasil. / Ana Beatriz Oliveira Silva. - 2024.  
63 f.: il.: gráf.. (Série: .)

Orientador: Prof. Dr. Davi Machado Perez.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .  
ISBN: ..  
ISSN: ..

1. Capitalismo - Brasil. 2. Direitos dos homossexuais. 3. Homofobia. 4. Lésbicas. 5. Patriarcado - Brasil. I. Perez, Davi Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 613.88(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário Coord. ICSA/UFOP-  
CRB6a1407

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Ana Beatriz Oliveira Silva****Patriarcado e capitalismo: padrões de gênero socialmente impostos à mulher e um recorte sobre a lesbianidade:**

lesbofobia e lesbocídio no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 01 de fevereiro de 2024

## Membros da banca

Doutor - Davi Machado Perez - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutor - Leonardo Nogueira Alves - Universidade Federal de Ouro Preto  
Assistente Social - Raphaela Aparecida Gomes Viana - Universidade Federal de Ouro Preto

Davi Machado Perez, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Davi Machado Perez, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/02/2024, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0671809** e o código CRC **8C17D4DD**.

## DEDICATÓRIA

Dedico não apenas esse trabalho, mas toda a trajetória da graduação à minha mãe.

*Eu sou a continuação de um sonho  
Da minha da minha mãe [...]  
De todos que vieram antes de mim  
Eu sou a continuação de um sonho  
[...]  
Quem sangrou pra gente poder sorrir  
[...]  
Continuação de quem correu pra gente andar em paz  
Continuação de quem bateu pra gente não apanhar mais  
(BK)*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a minha mãe, por todo apoio e trabalho duro para que eu conseguisse chegar até o fim da graduação, pois tudo que conquistei até aqui devo exclusivamente a ela. Sou grata também a alguns membros da minha família pelo suporte e incentivo para viver essa jornada que foi a graduação. A cada pessoa que fez parte dessa minha caminhada nesses quatro anos deixou uma marca e uma contribuição. Não poderia deixar de mencionar as minhas amigas da panelinha que fizeram com que a graduação e o tempo fora de casa fosse algo mais leve e me proporcionou bons momentos. Por fim, gostaria de agradecer a equipe do CAPSij-Mariana onde estagiei e onde aprendi grandes ensinamentos da vida profissional.

*“Tudo aquilo que não é nomeado, que não é representado em imagens, tudo o que é omitido de biografias, censurado em coleções de cartas, que é erroneamente chamado de outra coisa, que é difícil de encontrar, que está enterrado na memória pelo colapso do significado sob uma linguagem inadequada ou mentirosa – isso se tornará não apenas não dito, mas indizível.”*  
(Adrienne Rich, 1979, p. 199)

## RESUMO

O presente trabalho se resulta de uma pesquisa bibliográfica, possuindo como principais autoras a Heleieth Saffioti, Monique Wittig e Adrienne Rich, tem a premissa de apresentar os fundamentos da lesbofobia e do lesbocídio. Traçando uma trajetória do patriarcado desde o seu surgimento, sua consolidação dentro do capitalismo desde o início do modo de produção capitalista servindo como uma ferramenta para a produção e manutenção desse modo de produção e suas particularidades no Brasil. O sistema capitalista-patriarcal-heterossexista utiliza das normativas de feminilidade impostas socialmente para a inferiorização de determinado grupo para a consolidação das relações sociais vigentes. O não seguimento dessas normativas desencadeiam uma inferiorização ainda maior, como é o caso das mulheres lésbicas que não seguem as normativas comportamentais de feminilidade, a sexualidade heterossexual, que é a dada como correta, e algumas das vezes também não se encaixam em padrões estéticos. Essa inferiorização resulta em opressões e preconceitos como a lesbofobia e em casos mais extremos o lesbocídio. Tais comportamentos são motivados desde condições morais e ideológicas até uma condição material de manter uma hierarquia dentro da sociedade. Ainda mais, os casos de lesbofobia e lesbocídio tem um perfil, onde mulheres não feminizadas sofrem ainda mais ataques.

Palavras-chaves: patriarcado, capitalismo, Brasil, lesbofobia, lesbocídio



## RESUMEN

El presente trabajo es resultado de una investigación bibliográfica, teniendo como principales autoras a Heleieth Saffioti, Monique Wittig y Adrienne Rich, y tiene como premisa presentar los fundamentos de la lesbofobia y el lesbicidio. Trazando una trayectoria del patriarcado desde su surgimiento, su consolidación dentro del capitalismo desde el inicio del modo de producción capitalista, sirviendo como herramienta para la producción y mantenimiento de este modo de producción y sus particularidades en Brasil. El sistema capitalista-patriarcal-heterosexista utiliza normas de feminidad socialmente impuestas para inferiorizar a un determinado grupo y consolidar las relaciones sociales actuales. El incumplimiento de estas normas desencadena una inferioridad aún mayor, como es el caso de las mujeres lesbianas que no siguen las normas de comportamiento de la feminidad, la sexualidad heterosexual, que se considera correcta y, en ocasiones, tampoco se ajustan a los estándares estéticos. Esta inferiorización resulta en opresión y prejuicios como la lesbofobia y, en casos más extremos, el lesbicidio. Tales comportamientos están motivados desde condiciones morales e ideológicas hasta una condición material de mantenimiento de una jerarquía dentro de la sociedad. Más aún, tienen perfil los casos de lesbofobia y lesbicidio, donde las mujeres no feminizadas sufren aún más agresiones.

Palabras clave: patriarcado, capitalismo, Brasil, lesbofobia, lesbicidio

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1: Tipos de lesbofobia .....	53
Gráfico 2: Taxa de lesbocídio no Brasil .....	55
Gráfico 3: Meios da prática do lesbocídio.....	56

## LISTA DE SIGLAS

GGB - Grupo Gay da Bahia

MPC - Modo de produção Capitalista

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexual, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/A  
românticas/Agênero, Pansexual, Não-binárias e mais

OIT - Organização Internacional do Trabalho

LBL - A Liga Brasileira de Lésbicas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>1- Patriarcado e Capitalismo: Os fundamentos sócio-históricos dos papéis de gênero na sociedade capitalista.....</b>	<b>6</b>
1.1 - a origem do patriarcado.....	7
1.2 - A perpetuação do patriarcado no capitalismo e o papel da mulher.....	10
1.2.1 - Divisão sexual do trabalho.....	14
<b>2 - A mulher no capitalismo dependente.....</b>	<b>18</b>
2.1 - O Brasil dependente.....	19
2.2 - Fundamentos da opressão da mulher brasileira.....	23
<b>3 - Normativas sociais de feminilidade.....</b>	<b>31</b>
3.1 - Normativas de comportamento.....	32
3.2 - Padrões estéticos.....	34
3.3 - Maternidade compulsória.....	36
3.4 - Sexualidade.....	37
<b>4- Lesbianidade - a fuga das normativas de feminilidade e a violência que isso desencadeia.....</b>	<b>39</b>
4.1 - Heterossexismo e heteronormatividade.....	40
4.2- Vivência lésbica.....	41
4.3- Lesbofobia e lesbocídio.....	41

## INTRODUÇÃO

As mulheres sofrem opressão do patriarcado e de um sistema capitalista-patriarcal-heterossexista que invalida e questiona seus trabalhos, suas vivências afetivas-sexuais e suas expressões. Quando se trata de uma mulher lésbica e de uma mulher que não se enquadra em algum dos padrões de feminilidade, alude ainda mais particularmente, uma vez que, foge do padrão de mulher imposto por esses sistema. O próprio fato da mulher ser lesbica ja a exclui de diversos padrões de feminilidade e essa fuga do socialmente imposto gera além de invalidação, preconceito e diversos tipos de violência.

A condição lésbica é bastante complexa e trata-se de uma condição sociocultural, política e econômica que perpassa todos os indivíduos, pois vincula-se a manutenção de uma sociedade pautada por um modelo hegemônico heterossexual. Assim, o preconceito expresso em palavras e atos é a parte visível de valores e estruturas que sustentam a comunidade da qual as lésbicas serão sempre forasteiras. Ser lésbica é compreender que não existem espaços feitos para você e que sua existência nunca será validada pelo entorno social. Ao contrário, existirá sempre a necessidade de provar-se útil, íntegra e capaz, apesar da sua condição lésbica, pois há uma falsa crença de que a homossexualidade é uma expressão de uma perversão de caráter, um desvio existencial que se expressa por meio da sexualidade fora do padrão. (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p.26)

Vale já ressaltar que o preconceito contra as mulheres lésbicas não é apenas um preconceito enraizado na homofobia, mas também no machismo e na misoginia. Para compreender a opressão vivenciada na existencia lésbica é fundamental compreender o sistema patriarcal e como o sistema criar demandas de feminilidade a mulher. Além de ser necessário analisar qual a utilidade dessa imposições de padrões impostos à mulher para o sistema capitalista, modo de produção que rege as relações sociais na atualidade.

Além da lesbofobia, em casos mais severos ocorre o lesbocídio, o extermínio de mulheres lésbicas. A existencia lésbica é tão invisível que até mesmo o extermínio desse grupo não é visto, não é catalogado corretamente. Falta informação, falta divulgação dos fatos, assim falta dados, o que dificulta a criação de políticas públicas para essa parcela da população.

A elaboração deste trabalho foi motivada tanto por questões acadêmicas quanto pessoais. No quesito acadêmico alude à importância devido ao fato de que a

questão da mulher é fundamental nas relações sociais de classe. Há uma grande desigualdade de gênero e diversidade sexual e compreender essas desigualdades e as relações sociais envolvidas nesse âmbito permite uma leitura da totalidade social do sistema capitalista e seus modos de opressão. Opressão essa que vai além de uma questão ideológica, mas sim possui uma base material concreta para a perpetuação do modo de produção capitalista.

A motivação pessoal decorre da experiência social vivenciada enquanto uma mulher lésbica desfeminizada que ao longo da trajetória sofreu preconceitos, invalidações e restrições. Além de presenciar violência contra outras mulheres lésbicas. A motivação também parte da constatação de que dentro das produções do Serviço Social há poucas produções que abordam em específico a vivência lesbica.

Assim, posteriormente será trabalhado como o sistema capitalista-patriarcal-heterossexista influência na criação de padrões de feminilidade e como a lesbianidade foge desses padrões. Ainda serão analisados dados sobre a violência contra lésbicas no território brasileiro.

Será feita uma análise em relação aos poucos dados existentes referente a lesbofobia e ao lesbocídio no Brasil, com o objetivo geral de analisar e pontuar como o capitalismo influencia, através do patriarcado, por meio dos padrões de feminilidade socialmente impostos, a opressão que a mulher sofre cotidianamente em diversos aspectos de sua vida. Além do mais, buscamos identificar a desigualdade de gênero e o papel do gênero na sociedade, identificar o interesse do capitalismo no controle da mulher, e compreender a lesbianidade como algo que caminha contra o normativo de feminilidade e analisar a violência contra essa parcela da população brasileira.

O texto apresentado teve como metodologia uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental em livros, artigos e documentos referentes tanto ao sistema capitalista, quanto às fontes que dizem sobre questões de gênero e sexualidade. As principais autoras trabalhadas foram Heleieth Saffioti, Monique Wittig e Adrienne Rich. Os dados em relação a lesbofobia e o lesbocídio foram retirados do “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil”, e do “I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil”. Usando como método de pesquisa e

de análise o método marxista materialismo histórico dialético, visando uma compreensão de totalidade.

O conteúdo foi dividido em quatro capítulos: 1- Patriarcado e Capitalismo: Os fundamentos sócio-históricos dos papéis de gênero na sociedade capitalista que abordará a origem do patriarcado, a perpetuação do patriarcado no capitalismo e o papel da mulher e a divisão sexual do trabalho. No capítulo 2- A mulher no capitalismo dependente- terá um recorte sobre a condição da mulher no Brasil e suas especificidades, desde o seu fundamento até a contemporaneidade. Já o capítulo 3 - Normativas sociais de feminilidade- pontua normas de comportamento, padrões estéticos, maternidade compulsória e sexualidade. Por fim, o capítulo 4 tratará sobre a lesbianidade e terá a análise dos dados sobre a violência contra lésbicas no Brasil.

## **1- Patriarcado e Capitalismo: Os fundamentos sócio-históricos dos papéis de gênero na sociedade capitalista**

O patriarcado é uma forma de dominação na qual os homens detêm o poder e a proeminência, colocando a mulher em uma posição de subalternização e desvalorização. Também pode ser compreendido como uma forma de poder em si que garante a exploração da mulher pelo homem. Essa forma de poder se perpetua desde o seu surgimento e se mantém como um complexo ideológico com a função social de manter uma relação desigual entre homem e mulher nas diversas esferas da vida do ser social.

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (ENGELS, MARX, 2017, p. 47)

Essa estrutura não é algo natural do ser humano, o patriarcado, esse sistema de dominação surgiu e se desenvolveu em um processo longo na trajetória humana. Segundo Lerner (2019, p.67), “deve ter havido diversas maneiras pelas quais ocorreu a transição para o patriarcado. Como é provável que jamais saibamos com exatidão o que aconteceu, somos obrigados a especular a respeito do que pode ter acontecido”. Fazendo necessário então uma leitura focada no materialismo histórico dialético, visando entender o percurso da evolução das relações humanas, a gênese e o desenvolvimento das formas de dominação e exploração que resultaram nas atuais relações patriarcais-capitalistas. Já que o método materialismo histórico dialético, “incorporado aos estudos feministas marxistas, possibilita uma perspectiva teórica e também político-interventiva de desnaturalização das particularidades das diversas desigualdades” (CISNE, 2018, p. 214).



## 1.1 - a origem do patriarcado

Engels em seu livro “A origem da família da propriedade privada e do Estado” vai abordar que em uma época primitiva, as mulheres eram de grande importância dentro dos clãs, havia uma grande predominância feminina. E a divisão sexual do trabalho nada tinha relação com a posição social em que se encontrava a mulher.

Além disso, ainda segundo Engels, os matrimônios eram grupais em que todos os homens se relacionavam com todas as mulheres e todas as mulheres com todos homens e cada filho tinha diversos pais e mães, assim as famílias eram formadas de maneira grupal.

Em todas as formas de família por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. Ainda que ela chame de filho todos os da família comum e tenha deveres maternais com eles, nem por isso deixa de distinguir os próprios filhos entre os demais. É claro, portanto, que em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno, e, por conseguinte, apenas se reconhece a linhagem feminina. (ENGELS, 2021, p.50)

Ao longo do tempo, com a evolução da família pré-histórica, foi se criando regras nas relações de matrimônio, com proibições de alguns tipos de relação, como por exemplo entre pais e filhos e entre irmãos consanguíneos, fazendo com que o círculo conjugal se reduzisse cada vez mais, restando como opção o matrimônio de casal. A união por grupos aos poucos foi sendo substituída pela implementação da família sindiásmica. Com o círculo conjugal cada vez mais reduzido dentro das próprias tribos, foi necessário buscar cônjuge, no caso a mulher, em outras tribos.

Enquanto nas anteriores formas de família os homens nunca passavam por dificuldades para encontrar mulheres e tinham até mais do que precisavam, agora as mulheres escasseavam e era necessário procurá-las. Por isso começam, com o matrimônio sindiásmico, o rapto e a compra de mulheres, sintomas bastante difundidos, mas nada além de sintomas de uma transformação muito mais profunda que se havia efetuado (...) tais sintomas, que não passam de simples métodos de adquirir mulheres, em diferentes classes de famílias, sob a forma de "matrimônio por rapto" e "matrimônio por compra. (ENGELS, 2021, p.57)

Além do objetivo casamento, a busca e roubo de mulheres também era motivado pela produção na agricultura, visando sua capacidade reprodutiva e seu trabalho, e também o trabalho de sua prole, na agricultura. Quanto mais se demandava produção na agricultura, mais era incentivado a busca por mais mulheres.

Com isso, passa a haver o comércio e roubo de mulheres para a realização desses casamentos e atividades. “Uma vez casadas ou mães, seriam leais aos filhos e aos parentes dos filhos, e assim criariam laços fortes com a tribo de afiliação” (LERNE, 2019 p.77) evitando a fuga ou falta de lealdade desse novo indivíduo da tribo. Além do mais, sua prole serviria para o trabalho na agricultura.

Com o comércio e roubo de mulheres entre as tribos a capacidade reprodutiva da mulher é reificada, passando a ser tratada como uma coisa, um objeto. Sendo esse, um ponto principal do início da dominação sobre a mulher, quando sua atuação sexual e reprodutiva passa a ser embargada pelo homem.

Com a apropriação pelo homem das capacidades reprodutivas da mulher, a reificação da mulher, a primeira propriedade privada que o homem teve foi a mulher.

Há poucos fatos dos quais podemos ter certeza com base em evidências arqueológicas. Em algum momento durante a revolução da agricultura, sociedades relativamente igualitárias, com divisão sexual do trabalho baseada em necessidade biológica, deram espaço a sociedades mais estruturadas, nas quais eram comuns a propriedade privada e o comércio de mulheres com base no tabu do incesto e na exogamia. As primeiras sociedades eram muitas vezes matrilineares e matrilocais, enquanto as últimas sociedades sobreviventes eram, de modo predominante, patrilineares e patrilocais. Não existem evidências de um processo inverso passando de patrilinearidade para matrilinearidade. As sociedades mais complexas faziam a divisão do trabalho não mais com base apenas em distinções biológicas, mas também em hierarquia e no poder de alguns homens sobre outros e todas as mulheres. (LERNER, 2019, p.84)

Outro fator que impulsionou a dominação sobre as mulheres foi a necessidade do homem em ter certeza da paternidade da prole e conseqüentemente dos herdeiros. Com a domesticação de animais e o surgimento dos rebanhos inicia um tipo de riqueza que cria novas relações sociais. Com a existência dos rebanhos, eles passam a ser propriedade privada de uma dada família. Por se tratar da função do homem buscar alimento na divisão de trabalho naquela época, o rebanho era de propriedade dele. Com essa conjuntura se cria a necessidade de que esse homem tenha herdeiros.

Aqui, a domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. (...) A quem, no entanto, pertenceria essa riqueza nova? Não há dúvida de que, na sua origem, pertenceu à gens. (...) É indubitável, também, que nos umbrais da história autenticada já encontramos em toda parte os rebanhos como propriedade particular dos chefes de família (...) cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso. Conseqüentemente, ele era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação, levava-os consigo, da

mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos. Assim, segundo os costumes daquela sociedade, o homem era igualmente proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante, do novo instrumento de trabalho, o escravo. Mas, consoante o uso daquela mesma sociedade, seus filhos não podiam herdar dele, pois, quanto a esse ponto, as coisas se passavam da maneira a seguir exposta. Com base no direito materno, isto é, enquanto a descendência só se contava pela linha feminina e segundo a primitiva lei de herança imperante na gens, os membros dessa mesma gens herdavam, no início, do seu parente gentílico falecido. (...) Os próprios filhos não tinham direito à herança. Dessa forma, a riqueza, à medida que ia aumentando, dava, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro, fazia com que nascesse nele a ideia de valer-se dessa vantagem para modificar, em proveito dos seus filhos, a ordem da herança estabelecida. (ENGELS, 2021, p. 65-67)

Deste modo, o direito de herdeiro que antes era por parte materna, agora passa a ser por parte paterna, os filhos serão herdeiros do pai e carregarão o nome da gens paterna, se fazendo necessária a fidelidade da mulher para assegurar a paternidade do filho. A infidelidade do homem é conservada e apenas ele pode ser infiel. A função da mulher na sociedade se torna cada vez mais a procriação, o cuidado da casa e a servidão ao homem, que agora é considerado como superior.

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, observamo-lo na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião. O que caracteriza essa família, acima de tudo, não é a poligamia, da qual logo falaremos, e sim a "organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. Na forma semítica, esse chefe de família vive em plena poligamia, os escravos têm uma mulher e filhos, e o objetivo da organização inteira é o de cuidar do gado numa determinada área." (ENGELS, 2021, p.69)

Devido ao controle da prole, as relações passam então a ser monogâmicas a fim de assegurar a fidelidade da mulher e o controle do homem sobre a mesma e sobre os filhos. O predomínio nas relações monogâmicas é o homem, o direito à infidelidade, a escolha do rompimento do matrimônio é única e exclusiva do homem. A mulher cabe apenas aos cuidados da casa, dos filhos e a renúncia de suas vontades que, caso sejam expressas resulta em castigo para a mulher. Isso será abordado mais profundamente a frente.

E cabe ressaltar que por mais que a dominação sobre a mulher tenha relação com sua capacidade reprodutiva, de gerar e de amamentar, ou seja, algumas características biológicas, esse fato só é cabível e relevante nos primeiros estágios da evolução humana. A dominação masculina, o patriarcado, que perdura até os dias de hoje não é algo natural ou demanda biológica de sobrevivência, mas sim um arranjo cultural que visa a soberania de uma categoria de indivíduos e de seus interesses.

Os homens se apropriaram não só da capacidade reprodutiva da mulher, mas da sua força de trabalho, e as exploravam. Foi por meio da dominação das mulheres que os homens aprenderam a dominar, explorar e subordinar outros homens, a dominação dos homens sobre as mulheres foi a chave para o início de outras dominações e ainda foi o que possibilitou que o homem usasse do seu tempo e focasse em outras áreas que não a conservação e manutenção da família, já que essa tarefa ficou encarregada da mulher, permitindo então que o homem mantivesse, como ainda mantém, o foco em dominar e explorar outros homens.

## **1.2 - A perpetuação do patriarcado no capitalismo e o papel da mulher**

Como já pontuado anteriormente, a mulher foi a primeira propriedade privada do homem e a partir daí o homem inicia outros tipos de propriedade privada. A propriedade privada permite que posteriormente se inicia a divisão em classes, que no capitalismo de trata da burguesia e da classe trabalhadora,

A classe operária tem dois sexos, esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operária que falam de trabalhadores quando estão se referindo a trabalhadoras! Trata-se também de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou pior falso do que é uma classe social (HIRATA; KERGOAT 1994, p. 95).

O sistema capitalista teve sua gênese na ruína da sociedade feudal, e teve como ponto de partida a separação entre trabalhador e os meios de produção. Se deu por meio da apropriação de terras dos camponeses e terras comunais de modo

extremamente violento (MARX, 2013). Tal marco, transformou os camponeses em proletários que necessitavam vender sua mão de obra para obter sustento e do outro lado também surge a burguesia, aquela que agora era a detentora dos meios de produção e compra a força de trabalho do proletariado. Agora, os vendedores de mão de obra são subordinados pelos que possuem os meios de produção.

Essa expropriação das terras camponesas e posterior acumulação primitiva, causou uma notável mudança da família. Antes do surgimento do capitalismo, os camponeses produziam e tiravam o sustento de modo familiar do que era produzido em suas terras. Com a expropriação das terras, a família deixou de ser a unidade de produção e passou a ser uma esfera privada, separada da produção de mercadorias. Separou o lugar de produção e o lugar de reprodução biológica e social. Agora:

Por um lado, o capitalismo depende fortemente dele para reabastecer a força de trabalho e reproduzir hierarquias de gênero. Por outro, como espaço de ajuda mútua, acúmulo de renda e de reservas vitais, o agregado familiar, embora sempre em mudança, mostrou-se vital à sobrevivência da classe trabalhadora. Em suma, o lar tem sido essencial para a reprodução de ambos os lados da equação capital e trabalho. (MOHANDESI, TEITELMAN, 2023, p.74)

Segundo Arruzza (2015, n.p), “embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família”. A mulher é apossada pelo núcleo familiar e sua força de trabalho é colocada como um prolongamento da força de trabalho do marido, justificando o baixo salário e baixa valorização.

A introdução do capitalismo não mudou apenas questões e formulações dentro da família, mas também o sistema social como um todo. O indivíduo não produz mais para seu próprio consumo, mas sim produz uma mercadoria que possui valor de uso e valor de troca e conseqüentemente, visa que essa mercadoria permita a obtenção de mais valia pelo detentor dos meios de produção. Os trabalhadores “reproduzem constantemente seu próprio fundo de trabalho, isto é, produzem e reproduzem sua força de trabalho repetidamente, ao lado de criarem, com seu trabalho excedente, um valor de que se apropria (...) o empresário capitalista.” (SAFFIOTI, 2013, n.p)

No sistema capitalista, vale ressaltar que o objetivo do modo de produção é um aumento cada vez maior da mais-valia que advém do acréscimo de valor durante a produção decorrente desse excedente que surge da exploração do trabalhador. Para a manutenção desse sistema de produção viu-se a necessidade de explorar e dominar o trabalhador ao máximo.

O surgimento das classes na história das sociedades humanas supõe o estabelecimento de uma dupla relação: de exploração e de dominação. [...] A partir desta perspectiva, a história das sociedades de classes é a história de grandes conglomerados humanos que se organizam em torno da dupla polarização entre exploradores-explorados e dominadores-dominados. Toda e qualquer classe, fração ou setor social ao qual os sujeitos sociais pertençam, em última instância, se encontram organizados por essa dupla polarização que atravessa a estrutura societária classista. Portanto, numa primeira aproximação é importante elucidar as determinações estruturais que situam os sujeitos em alguma daquelas polarizações. (OSÓRIO, 2014, p. 117)

No entanto, o patriarcado é um dos meios de dominação que serve como ferramenta de manutenção e legitimação do sistema capitalista, com o intuito de justificar a ordem social em domínio, garantindo sua produção e reprodução. O capitalismo incorporou as estruturas patriarcais de tal modo que se entrelaçam, fazendo com que o patriarcado viabilize a existência do capitalismo por meio de sua formação social, política e econômica. Não se trata de uma condição individual, mas de relações sociais coletivas.

O patriarcado e o capitalismo se entrelaçam ao ponto de que o patriarcado passa a coexistir junto com o capitalismo, as relações de gênero estão vinculadas a produção de valor. As relações sociais são baseadas na subordinação da mulher e na desigualdade de gênero.

Saffioti aborda que na sociedade capitalista competitiva nem todos os indivíduos são plenamente livres devido a interferência de condições que parecem ser desassociadas do modo de produção capitalista. Aspectos naturais como o sexo do indivíduo funciona como um escape de alívio das questões de classe, permitindo uma hierarquização dos indivíduos da sociedade.

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional [...] como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência (SAFFIOTI, 1997, n.p)

Quando o capitalismo se utiliza do patriarcado e conseqüentemente do machismo, que tem uma origem nas tradições e no conservadorismo de preservação da família, a mulher é colocada como um indivíduo inferior. E por ser inferior é colocada como submissa ao homem, em geral a mulher é vista como uma propriedade do homem.

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão (SAFFIOTI, 2015, p.112)

O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida da mulher no geral, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, no capitalismo atende a alguns interesses. Primeiro, visa a garantia de controle sobre as(os) filhas(os), o que significa mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. E segundo, como pontua Cisne e Santos (2018, p.44), ao garantir que a prole seja sua, assegura-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança.

Controlar o corpo, a vida e a sexualidade da mulher garante, além dos pontos já citados, garante condições de exploração e de opressão, facilitando a violação de direitos e violência contra a mulher, normalizando as relações desiguais. O patriarcado juntamente com o capitalismo visa restringir a vida pública da mulher e impor normas de comportamento na sua vida privada resultando em uma opressão de gênero que visa ter e controlar a força de trabalho das mulheres.

a expansão capitalista não foi capaz de apagar o peso que as noções patriarcais projetavam sobre as condições de sobrevivências das mulheres, como também não foi capaz de eliminar as barreiras que sobrecarregavam as vidas das mulheres no âmbito privado. As barreiras de acesso à vida pública, que significam entraves à participação política, acesso às posições de poder e ao direito de ser representante de seus próprios interesses também não foram eliminadas. (COTRIM, 2020, p. 144)

Assim, fica ilustrado o patriarcado público, a desigualdade entre homens e mulheres nas esferas públicas. Além do mais, há o patriarcado privado que se trata da vida da mulher dentro de casa submissa ao pai, marido ou alguma outra figura masculina e que executa um trabalho não remunerado do cuidado da casa e da família.

Mas aos poucos, a sociedade tentou recuperar ao menos parcialmente o desgarramento consequente. As mulheres podiam até trabalhar e ser bem-sucedidas, desde que "não perdessem a feminilidade", o senso de maternidade e de culpa - o pecado original, a má consciência de não estar se dedicando plenamente aos filhos. Mas a coisa ia, avançava. (MORENO, 2008, p.25)

### 1.2.1 - Divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho molda identidade, funções e relações na sociedade e muda ao longo do tempo sendo influenciada por condições naturais, culturais ou ideológicas e serve como uma das bases das relações sociais.

Essa discussão sobre a divisão sexual do trabalho permite compreender porque algumas atividades, principalmente as que denotam cuidado, sensibilidade, ternura, meiguice e paciência, atributos vinculados ao feminino, assim como algumas profissões, enfermagem, pedagogia, serviço social e nutrição, são designadas como femininas. Em outros casos, como a área de ciências exatas, as engenharias, que denotam raciocínio, rapidez, sagacidade, objetividade, foram historicamente construídas como lugares masculinos. Essas questões, na materialidade da vida social, dividem os sujeitos, legitimam lugares, salários, posturas, posições e reproduzem opressões/desigualdades. Mais do que isso, a referida categoria nos possibilita desvendar as relações sociais de sexo/gênero, os processos de apropriação das mulheres e compreender a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva. (COSTA, 2019, p.192)

Nos primórdios da humanidade, na época primitiva, a infância era prolongada e vulnerável, além de que os bebês dependiam prioritariamente das mães, principalmente por conta da alimentação por meio de leite materno. No entanto, por se tratar de quem gera, alimenta e conseqüentemente porta a criança na infância, as mulheres ficavam isentas de sair para a caça e para guerra, a fim de manter a perpetuação e existência da tribo. Surgindo a primeira divisão do trabalho, onde os homens saíam e caçavam e as mulheres ficavam intendentas de cuidar e manter a prole e de executar a coleta. Segundo Lerner, essa divisão do trabalho

Não se trata de diferenças de força ou resistência, mas unicamente reprodutivas - em especial, a capacidade de amamentar bebês. [...] uma "explicação biológica" só é aplicável aos primeiros estágios do desenvolvimento humano e não significa que a divisão sexual do trabalho ocorrida depois, com base na maternidade, seja "natural". (LERNER, 2019 p.71)

No período pré capitalista onde a unidade de produção era a família, a mulher exercia papel fundamental na produção, mas isso não a excluía da submissão ao



homem. No entanto, mesmo que socialmente a mulher fosse considerada inferior ao homem, ela participava do processo de produção. Com a instauração do modo de produção capitalista ficou ainda mais explícito a inferiorização da mulher.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. (SAFFIOTI, 2013, n.p)

Mas isso não significa que a mulher foi excluída do processo de produção capitalista, pelo contrário, as mulheres das classes baixas e as mulheres negras sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho de alguma forma, o patriarcado atinge essas mulheres de um modo específico. A divisão sexual do trabalho sofre influência das questões de classe, do patriarcado e do racismo, a condição de dominador e explorado não depende apenas do gênero, mas também da classe social e da raça. Saffioti (2013, p. 133) pontua que "se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada".

Na sociedade de classe a posição das mulheres é uma parte essencial da exploração, elas são colocadas em funções menos privilegiadas do que os homens e quando conseguem estar na mesma posição que o homem, mesmo assim o salário do trabalho feminino é inferior. Além de que exercem funções e trabalhos não remunerados que serão abordados mais à frente. O cargo e o valor do salário foi moldado por uma ideologia que enquadra a mulher em uma norma de feminilidade que a vincula às tarefas domésticas de cuidado e à falta de aptidão física.

A força de trabalho feminino foi requisitada à medida que os países se industrializam e desenvolvem, a força de trabalho da mulher vai sendo demandada como forma de possuir uma reserva de mão de obra e até mesmo uma mão de obra mais barata. A inferiorização da mulher e o preconceito contra ela faz com que ela fique como reserva de trabalho no mercado competitivo, que pode ser requisitado a qualquer momento por um baixo investimento e preço.

A competição, obviamente, nunca é livre. Os homens entram na luta com diferenças de raça, de educação, de poder político, de religião, enfim, com diferenças naturais e sociais (de classe) bastante marcadas e de difícil superação. As mulheres, entretanto, contam não somente com as determinações que situam contingentes formados de homens e mulheres numa posição estrutural antagônica à de outros contingentes igualmente constituídos por homens e mulheres; arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo. (SAFFIOTI, 2013, n.p)

No entanto, o patriarcado e o machismo permitem ao capitalista uma produção mais barata e um lucro maior. Saffioti (2013, p.24) aborda que “preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital”. O capitalista se aproveita da inferiorização social da mulher para explorá-la ao máximo, intensificando seu trabalho e pagando um salário menor que o dos homens a fim de tirar, por meio do trabalho feminino, o máximo possível de mais-valia.

A justificativa da inferiorização da mulher no mercado de trabalho se dá por meio da valorização da força masculina, mesmo diversos trabalhos não demandando força. Outra condição que é usada como justificativa é a maternidade e as demandas de cuidado do lar e da família que socialmente são colocadas como responsabilidade da mulher e vistas como um empecilho para dedicação ao trabalho e motivo para não comparecimento no trabalho. “As tarefas de cuidado são as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres para ter acesso à vida pública, como também um dos aspectos centrais para a dinâmica da desigualdade de gênero” (COTRIM, 2020, p.144). A base do sistema patriarcal capitalista responsabiliza de modo desigual os homens e as mulheres das funções do cuidado e do trabalho doméstico, ou seja, a reprodução social.

O homem fica isento dessas responsabilidades voltadas para o trabalho do cuidado, enquanto a construção social designa como natural à mulher funções voltadas para a área do cuidado, tanto na esfera pública como na esfera privada, domiciliar. As mulheres são inseridas em função como cuidado de crianças, pessoas idosas, além de funções de normativa familiar, controle social e limpeza.

Entretanto, o cuidado também se relaciona com o lugar destinado às mulheres nas hierarquias sociais e o modo como a riqueza é distribuída nas sociedades capitalistas, já que, ao sobrecarregar as mulheres com os trabalhos domésticos, de cuidado com a casa e com os filhos e idosos, reforça a ideia que o lugar das mulheres é justamente em casa. Além disso, quando essas mulheres “saem para trabalhar”, acabam por ter jornadas

duplas e triplas de trabalho. Logicamente, estão de fora as mulheres ricas, geralmente brancas, que podem pagar para outras mulheres fazerem esses trabalhos. Assim, a questão do cuidado também está ligada com a precarização do trabalho, já que as profissões associadas ao cuidado são geralmente mal remuneradas (BIROLI, 2017) e estão relacionadas com o processo de reprodução social do capitalismo (FEDERICI, 2018) (COTRIM, 2020, p.144)

Além de receber a designação do trabalho doméstico e do cuidado, a mulher exerce essa função sem nenhum tipo de remuneração no âmbito familiar. Trabalho esse que por ser não remunerado foi e é aproveitado e explorado pelo capital, e pelo fato de não ser remunerado não é considerado trabalho, mas sim uma aptidão natural da personalidade feminina.

o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou (FEDERICI, 2019, p. 44)

O patriarcado permite que o homem, trabalhador explorado pelo capital, explore a força de trabalho da mulher. As mulheres exercem os trabalhos de cuidado para que os homens possam exercer plenamente suas funções em seus trabalhos remunerados. Tanto que as jornadas de trabalho são elaboradas, pensadas e destinadas às pessoas que não exercem o trabalho doméstico, que não exercem uma dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho.

O trabalho do cuidado remete ao trabalho da reprodução social, que no sistema capitalista foi separado do trabalho da reprodução econômica. Todavia, mesmo a reprodução social sendo desvalorizada, ela é indispensável para a existência da reprodução econômica e conseqüentemente da produção de mais-valia e do desenvolvimento capitalista. O capitalismo depende da reprodução social, seja para manter laços sociais, no cuidado de crianças e idoso e no cuidado do lar. Ou seja, é através da reprodução social que ocorre a reprodução da força de trabalho.

a economia capitalista depende de — ou, pode-se dizer, pega carona em — atividades de provisionamento, cuidado e interação que produzem e mantêm laços sociais, embora não lhes conceda valor monetário e os trate como se fossem livres. (...) essa atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais corporificados e, ao mesmo tempo, constituindo-os como seres sociais, formando o habitus e o éthos cultural em que esses seres se movem. (FRASER, 2023, p.48)

A reprodução social e a tarefa do cuidado em alguns casos ocorrem fora do lar, do ambiente familiar, como na área da saúde, educação, limpeza. Nesse caso se trata de reprodução social remunerada. Essas funções no entanto em grande maioria são designadas como trabalho feminino e são pouco valorizadas. Nesses ambientes a reprodução social e a reprodução econômica se entrelaçam no mesmo espaço.

## 2 - A mulher no capitalismo dependente

*Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos  
Meu sangue latino  
Minh'alma cativa*

*(Sangue latino - Secos e Molhados)*

A questão do patriarcado tem características particulares a depender da raça, classe, sexualidade e também da regionalidade e nacionalidade. No entanto, a mulher latino-americana e brasileira, vivencia o patriarcado de um modo diferente de uma mulher europeia, por exemplo. O patriarcado no Brasil é próprio de um país com capitalismo dependente e suas especificidades. Para compreender o patriarcado no Brasil é necessário falar sobre as especificidades da formação sócio-histórica e econômica brasileira.

A plena compreensão dos papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução, desde os inícios da formação da sociedade nacional até o presente, vincula-se, diretamente, ao modo pelo qual o analista social percebe e interpreta a formação econômico-social, que aqui se vem constituindo há mais de quatro séculos. As distorções interpretativas, decalcadas em esquemas abstratos e destituídos de valor heurístico, de que tem sido objeto a história brasileira [...] a os países subdesenvolvidos como subsistemas periféricamente integrados no sistema capitalista internacional, compreensão essa que poderia levar a uma visão totalmente nova do problema da mulher [...] Portanto, não obstante compreenda o processo social no Brasil atual em termos de composição das forças capitalistas do chamado «mundo livre», seu pensamento está viciado pelo esquema teórico-abstrato que, com frequência, tem sido utilizado na interpretação da formação da sociedade brasileira e que supõe, ingenuamente, que todas as formações sociais singulares realizam, historicamente, o percurso evolutivo escravismo-feudalismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1978, n.p)

### 2.1 - O Brasil dependente

A inferiorização da mulher é algo marcante de praticamente todos os países, porém em cada região há particularidades que influenciam na vivência e existência

da mulher. Contexto social, cultural e econômico são alguns dos pontos que ditam maior ou menor independência, direitos e acesso das mulheres. Segundo Saffioti

As limitações que a estrutura social dos países capitalistas impõe à realização plena da mulher, quer enquanto trabalhadora, quer enquanto pessoa portadora de características especiais que a incluem na categoria subprivilegiada sexo feminino, apresentam-se como invariâncias, em qualquer concreção histórica daquele modo de produção (SAFFIOTI, 1978, n.p)

Assim, para compreender a vivência da mulher brasileira, é necessário compreender o contexto sócio histórico que concebeu o que é hoje o Brasil. A colonização do Brasil se desenvolveu num período de expansão comercial dos países centrais do capitalismo, em que os países centrais e o capitalismo mundial enriqueciam e criavam as condições para o seu desenvolvimento industrial através da exploração da América Latina a partir do século XVI. Sendo território de dominação com extrema violência que objetivava a produção e o aumento do fluxo de mercadorias nos países centrais.

o processo da colonização brasileira constitui, não uma tentativa de implantação de um sistema econômico feudal, mas o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

A economia brasileira escravocrata foi marcada pela exploração e extração de matéria prima desde a mineração até a agropecuária, visando a exportação comercial que obtinha lucro aos países centrais. A exportação de matéria prima do território brasileiro foi de grande vantagem para o capitalismo mercantil estrangeiro, financiando o surgimento do capitalismo industrial europeu. A economia brasileira se fundou e ainda permanece de maneira dependente e visando os interesses da economia estrangeira, segundo Saffioti, o Brasil sempre esteve a mando da economia de fora, servindo como uma engrenagem auxiliar para elas.

Durante o processo de colonização, um marcador importante para que o capitalismo dos países centrais conseguisse uma vantagem ainda maior na exploração foi por meio da expropriação de terras indígenas para produção rural e do uso da mão de obra de pessoas escravizadas, mais especificamente dos negros rapitados e trazidos do continente Africano. Além de serem colocados como mercadoria, os escravizados também faziam parte do capital fixo da acumulação de capital, como eram considerados e tratados como objeto foram colocados como um

meio de produção. Eram indivíduos sem direito, sem garantia, sem terra, e que não eram considerados seres humanos, apenas coisas que exerciam um trabalho sem remuneração e de modo desumano.

Essa condição permitiu ao capital uma abundância de mão de obra com um custo único e fixo que possibilitava uma acumulação ao extremo. Porém, os escravizados não participavam do mercado de consumo por não possuírem um assalariamento, era considerado um empecilho para o desenvolvimento e rearticulação do mercado no Brasil. Além de que, para o capitalismo pleno é necessário o assalariamento da mão de obra. Porém, assim como o trabalhador assalariado, o trabalhador escravizado cria um sobretrabalho que garante a criação da mais valia, que junto com a cultura extensiva foi garantindo a acumulação capitalista.

Assim, no Brasil ocorreu, segundo Saffioti (1978, n.p), “uma economia parcialmente capitalista, isto é, orientada para o lucro e produtora da mais valia absoluta, através da utilização maciça da mão-de-obra escrava”. Com a abolição da escravatura e o início do assalariamento da mão de obra estipulou a plena relação do modo capitalista de produção.

A práxis abolicionista era bastante diversificada, compreendendo uma gama de comportamentos, que iam desde a adesão às ideias emancipacionistas, por motivos que revelavam uma compreensão da irreversibilidade do processo desencadeado, até às posições denotadoras de uma visão mais rica e integrada da formação sócio-econômica brasileira na conjuntura internacional. [...] Quaisquer que tenham sido os graus de consciência alcançados pelos diferentes grupos sociais em relação à necessidade de se abolir a escravidão do negro, é possível distinguir, no conjunto do movimento abolicionista e, portanto, na Abolição, como efetivação concreta deste movimento, motivos que, consciente ou inconscientemente, levaram os agentes sociais de condição livre a promover a constituição histórica de mais uma determinação do sistema capitalista de produção. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

Mesmo com a influência dos países centrais na inserção do capitalismo no Brasil, o mesmo não ocorreu da mesma maneira que nos países centrais. Mas sim de um modo particular da América Latina, se desenvolveu como capitalismo dependente.

Com a inserção do Brasil no pleno capitalismo, o início da tentativa de industrialização se deu durante a crise de 1929, trazendo consigo uma redefinição

da divisão do trabalho e uma ligeira conquista de autonomia da economia. No entanto, visto que o Brasil permanece como engrenagem e periferia da economia mundial, com a industrialização o país passa a ser um pátio industrial.

Qualquer esforço de industrialização num país de economia dependente e essencialmente agrícola encontrará barreiras impostas de fora e mais ou menos insuperáveis, segundo a modalidade de divisão internacional do trabalho vigente.[...] os países periféricamente integrados no sistema capitalista internacional estão sujeitos, em virtude de sua própria condição de dependentes, a verem diminuídos, se não praticamente anulados, seus esforços de independização (possibilitados por certas conjunturas internacionais) nos momentos de recomposição do referido sistema mundial. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

Como já abordado, a economia Brasileira desde o início da colonização e até os dias de hoje é baseada principalmente na exportação de produtos primários, da agricultura e da mineração. Outro ponto importante a ser ressaltado é que por meio dessa exportação de bens primários que os países centrais obtêm lucros e vantagens, sendo interessante para eles manter o Brasil e a América Latina como um todo em um patamar primário e dependente, atendendo então ao interesse de uma burguesia estrangeira. Os países latino americanos mesmo após a conquista da independência política não foram capazes de obter a independência econômica, por se tratar de uma engrenagem base do capitalismo mundial.

A divisão internacional do trabalho, imposta pelo capitalismo comercial europeu, operou, pois, como um fator significativo e determinante da constituição histórica destas ou daquelas determinações da formação econômico-social capitalista nas diversas concreções singulares de tal sistema econômico. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

Entretanto, no Brasil há décadas há um constante desenvolvimentismo almejando um crescimento econômico. Porém, o que ocorreu foi um desenvolvimento de cunho conservador no qual só favorecia a elite, a classe alta brasileira, um desenvolvimento desigual que se dá com as classes baixas se mantendo na mesma situação, pois o desenvolvimento não chega para essa parcela da população que é superexplorada. Mesmo na fase do período desenvolvimentista a fim de se tornar uma grande potência através de industrialização, com crescimento e aprofundamento capitalista, o país avança em desenvolvimento, mas também em subdesenvolvimento, as classes baixas da sociedade permaneciam estagnadas, o desenvolvimento foi para a elite brasileira.

Há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho; a apropriação, por parte do capitalista, da parcela de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação do capitalista [...]; a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. (AMARAL e CARCANHOLO, 2012)

O desenvolvimento capitalista não agiu para reverter o atraso do país e as sequelas dos processos vividos no território faz com ele seja ainda nos dias de hoje, dependente e excludente, mantendo suas contradições apenas uma remodelagem ao longo do tempo. O capitalismo dependente brasileiro une o moderno com o arcaico. Mesmo na fase do período desenvolvimentista a fim de se tornar uma grande potência através de industrialização, com crescimento e aprofundamento capitalista, o país avança em desenvolvimento, mas também em subdesenvolvimento, as classes baixas da sociedade permaneciam estagnadas, o desenvolvimento foi para a elite brasileira.

O Brasil, possui uma modernização conservadora, fazendo uma combinação do arcaico com o moderno, sendo o moderno constituído por meio do arcaico desde a época da colonização, colocando em planos reais a explicação de que a pobreza cresce juntamente com a riqueza. O elemento moderno da burguesia liberal em busca de desenvolvimento, é, ao mesmo tempo, conservador, sendo capaz de normalizar que a classe mais pobre da sociedade viva na miséria e sirva de escada para esse desenvolvimento, se confronta com a classe trabalhadora se mobilizando diante da precarização de sua reprodução social e da desigualdade.

## **2.2 - Fundamentos da opressão da mulher brasileira**

Dado o contexto do funcionamento do capitalismo no território brasileiro, é possível analisar os tipos de opressões e as condições em que as mulheres estão inseridas nessa sociedade. Seja no panorama econômico com a divisão sexual do trabalho, seja no panorama social.

Como Federici (2017) refere, além da inserção do capitalismo, a colonização trouxe consigo ideias dos países colonizadores, como religião e costumes, demonizando e reprimindo costumes dos nativos e dos escravizados, e como um desses elementos pode-se pontuar a divisão sexual do trabalho.



cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (FEDERICI, 2017, p.27)

Antes da chegada dos portugueses no Brasil, os indígenas viviam em uma realidade completamente diferente da dos colonizadores. Nas Américas antes da inserção colonial do capitalismo as mulheres exerciam funções e eram reconhecidas como essenciais para a família e para a sociedade,

Às mulheres cabia o plantio, a colheita, o preparo de alimentos, a fabricação de utensílios domésticos, tecidos e adornos, a preservação do fogo, a limpeza e a organização das ocas, a criação de animais, o cuidado inicial da prole e dos mais velhos e certa colaboração na caça e na pesca. Mulheres tinham um pesado fardo em múltiplos trabalhos, pois delas dependia parte essencial do sustento da tribo e, sobretudo, o de seu companheiro. (DEL PRIORE, 2020, p.13)

Enquanto nos países centrais já havia a questão patriarcal na qual se desvaloriza as funções e trabalhos exercidos pelas mulheres. Fazendo com que a mulher nativa do território sofresse com a inserção do patriarcado capitalista com a desvalorização de suas funções e perda de poder. Os colonizadores trouxeram para o Brasil o ideal de que a mulher é submissa ao homem, a crença religiosa de que as mulheres eram imorais e o padrão de família que se baseava na junção de um casal perante a igreja.

Foi no período escravocrata que alguns complexos sociais da sociedade brasileira se formaram e são dados como tradição até os dias de hoje. Entre esses complexos se encontram características racistas e machistas que justificam preconceitos em nome da tradição, como a exclusão feminina e a imposição dos trabalhos domésticos às mulheres, por exemplo. No período da escravidão que ocorreu no Brasil, a sociedade e os direitos não eram divididos apenas pelo sexo, mas também pela raça, os brancos na camada dominante e os negros na condição de escravizados. No entanto, a condição da mulher e seu papel feminino na sociedade variava de acordo com sua classe e raça.

A mulher negra era violada, explorada e colocada em submissão de um modo particular, vivenciava o patriarcado e a dominação masculina de uma maneira ainda mais violenta. Além dos afazeres voltados para o cuidado da casa grande, as plantações e trabalhos, assim como os homens negros escravizados, as mulheres

negras escravizadas ainda desempenhavam o papel na reprodução e ainda a satisfação sexual dos seus senhores. Transformando-a em meio de produção, meio de reprodução de mão de obra e meio de satisfação sexual.

Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona-de-casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe de mulheres, com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor anteriormente ao casamento. Assim, a escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas ainda àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

As mulheres indígenas também sofreram com o papel de satisfação sexual dos colonos, homens brancos e o pagamentos de seus costumes, crenças e tradições, assim como as mulheres negras escravizadas. As mulheres brancas por sua vez eram inseridas no matrimônio muito cedo e quase sempre com homens mais velhos, saindo do domínio patriarcal do pai para o domínio patriarcal do marido. Sempre com uma criação rigorosa: a mulher que não seguia o que lhe era imposto era duramente castigada.

A mulher branca só tinha dois caminhos a serem seguidos, o matrimônio ou o convento, e nenhuma dessas opções eram escolha dela, mas sim de algum homem. Para ambos os casos a castidade era exigida, e só era possível a castidade das mulheres da casa grande por meio da violação sexual de mulheres escravizadas e por meio da prostituição de mulheres pobres.

A mulher branca e de elite era a responsável por manter o comando das atividades domésticas, o que a permitia ainda exercer um certo poder, porém em relação aos escravizados que exerciam as funções domésticas. Mas sempre submissa ao homem branco de sua classe e longe de decisões políticas e sociais ou qualquer atividade fora do ambiente familiar. Foi em meados do século XIX que a mulher da classe dominante pôde ter um pouco mais de liberdade no quesito social frequentando mais assiduamente igreja, festas e eventos.

Com a abolição da escravização veio junto mudanças sociais na sociedade brasileira, porém de modo particular para cada raça, classe e gênero. Aos negros lhe foram dados apenas a liberdade, mas não meios de subsistência e integração efetiva na sociedade.

A Abolição apresentou significados diversos para a mulher negra e para a mulher branca em virtude do fato de as mudanças operadas no sistema de estratificação em castas não serem acompanhadas, no mesmo grau, por mudanças na estratificação à base do sexo. Com efeito, a mulher negra ganha, com a deterioração da sociedade de castas, pelo menos a liberdade formal que lhe era negada anteriormente. Ascende, neste sentido, tanto quanto o ex-escravo. Situa-se abaixo deste, entretanto, do mesmo modo que a mulher branca, em virtude de não atingir, pelo processo de emancipação das «raças negras», a plenitude dos direitos de pessoa humana. O ex-escravo seria, no novo regime, considerado cidadão brasileiro para efeitos eleitorais, enquanto que a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo. Neste sentido, se a Abolição constituiu uma emancipação precária e incompleta para a mulher de cor, representou, para a mulher branca, uma descensão relativamente ao homem negro. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

À mulher negra coube vender sua força de trabalho para afazeres domésticos, de cuidado, venda de comidas e tudo que fosse relacionado ao lar, recebendo apenas sua liberdade jurídica e nada além, sem direitos na participação de decisões políticas e sociais. A mulher branca permaneceu também sem a participação social sendo designada aos cuidados familiares e do lar.

A abolição também resultou na vinda de imigrantes trabalhadores para exercer funções na lavoura e demais cargos de trabalho, assim a sociedade brasileira mais uma vez é inundada com a cultura e tradição europeia. De acordo com Saffioti (1978, n.p) “Estando, porém, esta possibilidade na dependência do universo cultural de que provém o imigrante, a importação de trabalhadores europeus resultou, frequentemente, no reforçamento do estilo patriarcal da família”.

Com a urbanização e industrialização do fim do século XIX a organização familiar sofreu algumas mudanças. Com o trabalho em comércios e fábricas a mulher que antes ficava apenas no ambiente do lar passa a frequentar outros lugares e exercer outras funções. Vale ressaltar que a inserção no mercado de trabalho era nova apenas para as mulheres brancas, já que as mulheres negras já haviam ingressado no trabalho desde o início por pura necessidade econômica e social. Outro quesito que se modificou foi a maior inserção das mulheres na educação, mas não igualada à dos homens.

Os educandários para as meninas não constituíam solução total para o problema do ensino da mulher; representavam apenas uma tímida tentativa de transformar em pessoas úteis à sociedade as meninas sem recursos. A instrução feminina continuava, contudo, precária quer nas escolas públicas, quer nas particulares, quer ainda nos educandários destinados a receber indigentes. (SAFFIOTI, 1978, n.p)

Todos os processos que o Brasil passou desde a colonização, o período escravocrata e o início da urbanização resultaram em um modo específico de constituição familiar. As formas de família refletiam aspectos peculiares das ondas migratórias, da colonização portuguesa, os africanos escravizados, os europeus em busca de trabalho e questões econômicas, culturais e sociais. A peculiaridade e particularidade tanto da condição da mulher quanto da formação familiar resultou em um patriarcado específico do território brasileiro.

a família patriarcal brasileira era uma organização privada maior e mais forte que o próprio poder público, estabelecendo, sustentando, premiando e punindo com mais eficiência que Estado português. E era enorme - incluía filhos, bastardos, afilhados, parentela, agregados. Seu sucesso lhe teria permitido persistir durante o século XIX (em alguns lugares do Brasil, persistir até hoje). Longe do olhar do Estado, gestavam-se relações de dependência entre os membros da família e o patriarca. E a presença de violência doméstica só acentuou a dependência da mulher em relação ao homem ( DEL PRIORE, 2020, p.20)

As tradições, tabus e preconceitos vivenciados pelas mulheres da sociedade brasileira foram embasadas e enraizadas nesses modos, e mesmo com sua ascensão política, econômica e social, ela ainda não é colocada no mesmo patamar e exerce as mesmas funções sociais que os homens. Ainda nos dias de hoje há diferenças em emprego, escolaridade e inclusão a depender do gênero e raça do indivíduo em questão.

As normativas impostas socialmente à mulher brasileira, seja do seu lugar na sociedade, funções, trabalho e obrigações tiveram sua base no período colonial com influência do patriarcado europeu e se mantém presentes até os dias de hoje, se readaptando a cada nova era e tempo da sociedade, mas sempre conservando a base arcaica desse ideal de inferiorização da mulher no território brasileiro.

Ao longo dos anos a mulher foi obtendo um maior acesso à educação e outros direitos. Porém, mesmo com a modernização e tais mudanças sociais, as relações sociais machistas, patriarcais e classistas do passado não foram abolidas, apenas atualizadas a cada momento, visando a manutenção do capitalismo na periferia do mundo e permitindo uma superexploração da classe trabalhadora brasileira.

Um exemplo que ilustra a recorrente imposição de normativas a mulher e a sua superexploração mesmo com o passar dos anos e com a conquista de direitos é

o período de industrialização no Brasil no século XX. No período de produção industrial, as mulheres eram uma grande parcela do proletariado das fábricas.

Nos limites estruturais do capitalismo, a força de trabalho feminina representa, pois, dadas as condições de sua maior espoliação no sistema produtivo dominante e sua grande vinculação com as formas não dominantes e já superadas de produção de bens e serviços, as forças do individualista comportar- por assim passado histórico das sociedades que, redefinidas e reexploradas, operam como fatores sociais construtivos da nova estrutura econômica. Nas sociedades de livre empresa, a mulher não coopera na construção e desenvolvimento da economia meramente como força de trabalho em cia ito pequena geral; fá-lo como mão-de-obra especial que, mais do que a força de trabalho masculina, sofre as flutuações econômicas e sujeita-se à ao sistema oeo percepção de salários correspondentes a trabalhos subsidiários. (SAFFIOTI, 1976, n.p)

Segundo o Censo de 1920, 52,4% do proletariado das fábricas eram mulheres. Além da grande exploração, miséria e péssimas condições de trabalho, a mulher ainda sofria com o assédio vindo dos patrões e demais funcionários do sexo masculino e o preconceito por parte dos seus pais e maridos. O trabalho era árduo e por longas jornadas de trabalho que ultrapassavam as 12 horas por dia, o que muitas das vezes causava um grande desgaste físico e mesmo as mulheres grávidas não ficavam isentas.

Mesmo vivendo a invisibilidade e o preconceito dentro das fábricas, as mulheres não deixaram de participar dos movimentos sindicais, greves e mobilizações.

Nos anos 1930, cresceu a interferência federal na regulamentação do trabalho. Em 1943, inseriu-se na CLT o item "Da proteção do trabalho da mulher". Por ele, estabeleceu-se a equiparação salarial entre homens e mulheres e coibiu-se a participação delas em tarefas inadequadas, que expusessem a saúde a qualquer risco. Médicos higienistas insistiam: lugar de mulher era em casa. Afinal, acreditava-se que o trabalho fora do lar destruiria a família, tornaria os laços parentais mais frouxos e debilitaria a raça. Crianças cresceriam mais soltas, longe da vigilância das mães. E muitas cresceram mesmo. (DEL PRIORE, 2020, p.134)

A mobilização feminina preocupava o Estado e como solução para a desmobilização feminina trabalhista foi implementado, como afirma Del Priore (2020, p.135) "um discurso normativo que as tirasse das ruas e as fizesse voltar para a vida doméstica". Tal discurso contou com o apoio de médicos higienistas e também da igreja. Prevalencia a ideia de que a mulher precisava exercer a plena maternidade a fim de criar filhos educados e só assim, sendo plenamente mãe, esposa e dona de casa a mulher seria moralmente correta e estaria seguindo sua vocação natural.

Aos poucos, através da mobilização feminina e das reivindicações as mulheres vêm ocupando espaços e adquirindo sua liberdade, mas nunca uma liberdade plena, sempre com cobranças, sobrecargas e tentativas de inferiorização.

aos poucos, foi sendo construído um feminismo à brasileira, e novas possibilidades de "ser mulher" começavam a despontar como alternativas válidas à exigüidade de modelos de valores e jeitos de ser. A independência financeira, a autonomia, a legitimação de formas variadas de realização, abrindo o leque casa-cozinha-crianças, redimensionou as fronteiras do possível. A mulher passou a poder não querer casar ou não querer ter filhos, ocupada que estava em construir novas alternativas, novos horizontes. (MORENO, 2008, p.25)

A sociedade como um todo sempre buscou desvalorizar a mulher e a colocar num lugar subalterno. A trajetória da mulher brasileira nos espaços foi marcada por resistência e reivindicações não só por direitos trabalhistas, mas por direitos como um todo, resistência que proporciona a elas uma participação social cada vez maior. A ascensão feminina em suas conquistas de direitos como a participação na política, plenamente e não apenas nos bastidores e a ocupação de espaços antes proibidos às mulheres causa desconforto por ir contra o tradicionalismo numa sociedade capitalista patriarcal.

O patriarcalismo, sociedade do poder masculino, do império dos pais, assentada em relações paternalistas, de filhotismo e apadrinhamento, sociedade de parentelas, ia sendo modificado por um processo visto como de desvirilização, período de confusão entre as fronteiras de gênero, em que as mulheres começam a assumir lugares antes reservados aos homens. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.140)

Mesmo com a mudança familiar e social e as reivindicações e conquistas femininas, como o trabalho feminino fora do ambiente familiar, e o crescimento educacional e profissional da mulher, ainda assim persiste o ideal de que o lugar da mulher é no meio familiar e doméstico. No entanto até os dias de hoje as funções vinculadas ao cuidado, seja o trabalho do cuidado não remunerado como o cuidado do lar e dos filhos e até mesmo o trabalho do cuidado remunerado, são voltadas para a mulher e para o feminino.

As profissões voltadas para o cuidado correspondem ao terceiro setor da economia, setor que vem crescendo drasticamente a cada ano de modo terceirizado e precarizado. Hirata (2022) pontua que a força de trabalho feminino se concentra no setor terciário e corresponde à 85% da força de trabalho no geral. Mostrando

como a mulher sempre é alocada em funções mal remuneradas e precarizadas como a terceirização do trabalho.

A terceirização se torna possível não só por meio da industrialização e o taylorismo, mas também devido a feminilização do trabalho. Ainda segundo Hirata:

Para essa feminização contribuem em especial os fenômenos da explosão do trabalho de cuidado e a taylorização do trabalho no setor terciário, com scripts a serem rigorosamente seguidos, tanto nos países do Sul como nos do Norte. A intensificação do trabalho, que atinge os serviços e não apenas a indústria, acarreta consequências importantes para a saúde física e mental dos(as) trabalhadores(as), como no desenvolvimento do telemarketing e dos call centers. Esse setor, em expansão a partir dos anos 2000, oferece condições de trabalho frequentemente desfavoráveis aos trabalhadores e às trabalhadoras, suscitando até mesmo o emprego do termo "neotaylorismo". Realizado sobretudo por mulheres e por jovens, trata-se de um trabalho temporário, de transição, o que permite maior intensificação da atividade, baixos salários e precarização do emprego. (HIRATA, 2022, p.38)

Além de profissões de cuidado comuns no mundo todo como as profissões da área da educação primária, assistência, enfermagem entre outras, o Brasil tem uma cultura da exploração das profissões da área do cuidado, em que estas comumente são voltadas para a mulher da família.

O país tem a cultura de que toda família pertencente a classe média e classe alta usufrui do trabalho de babás, empregadas domésticas, lavadeiras e demais funções voltadas para os cuidados dos lares e das famílias. Isso ocorre devido aos baixos valores pagos para execução dessas funções, uma herança do período escravista e das relações de servidão que o trabalho do cuidado do lar no Brasil representa.

Enquanto essas funções em países desenvolvidos são caras e executadas por utensílios domésticos tecnológicos, na sociedade brasileira esse trabalho é posto em prática por mulheres normalmente negras, pobres e periféricas. Mais uma vez mostrando que a sociedade brasileira não superou as características patriarcais, machistas, racistas e exploratórias da época do período colonial escravista. O trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Segundo a Organizações De Mulheres Negras Brasileiras (2000, n.p) "Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neo- escravistas, em

que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico”.

As mulheres pertencentes a esse país dependente e colonizado, principalmente as mulheres negras, são desguarnecidas de poder e de autoridade, sendo subalternizadas e inferiorizadas, não apenas por razões econômicas de exploração, mas também por motivos culturais de uma superioridade e valorização de uma classe social dominante branca e elitista.

No Brasil as relações de poder são extremamente marcadas e influenciadas pela raça, cor e classe, onde a emancipação e ascensão da mulher só é possível plenamente com a superação de todos os caracteres pontuados. A análise da situação da mulher brasileira deve ser vista de modo interseccional.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como a experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, BILGE 2021, p.15)

Os bons cargos e salários são voltados para homens brancos e de preferência que já pertençam a uma classe favorecida, ilustrando a racialização e sexualização da divisão trabalho no sul do globo. A mulher resta uma superexploração e um desprezo social que mesmo com a evolução em alguns aspectos sociais ainda é remodelada para encaixar o machismo e racismo em cada momento em que a sociedade brasileira atravessa, impondo à mulher sempre um lugar doméstico e desprezível.

### **3 - Normativas sociais de feminilidade**

*em quantas caixas devo entrar  
para ser considerada feminina o suficiente  
o que eu devo ser  
para ser considerada mulher de verdade?*



Ser mulher, seja no Brasil ou fora dele, é designado através de normas que impõe o que são atribuições do feminino e o que não é. Criando padrões de feminilidade que pontuam se a mulher está se encaixando no que é ser mulher para a sociedade. Essas atribuições são predestinadas desde a infância, enquanto meninos ganham carrinhos e super heróis de brinquedo, as meninas ganham bebês de brinquedo, artigos de cozinha e do lar.

Esses padrões vão para além do que já foi apontado ao longo do texto como por exemplo a submissão da mulher e os trabalhos designados a elas. A sociedade impõe à mulher um padrão de feminilidade em diversos aspectos da vida, como profissional, comportamental, estético, sexual entre outros. O ser feminino precisa cumprir normativas sociais para serem levadas em conta, para ser validado enquanto mulher.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1980, p.9)

A mulher passa por uma socialização por meio dos padrões da feminilidade criado pelo patriarcado que a poda e a coloca em uma posição diferente do homem. As regras impostas às mulheres tem como objetivo dificultar a sensação de pertencimento e além do mais, a tornar adestrada socialmente e sempre em busca de uma condição impossível.

A sociedade exige da mulher um padrão estético que constantemente muda dependendo dos fatores sociais e temporais, mas sempre uma exigência difícil de alcançar. Em comportamento a mulher é pontuada como frágil e se encontra em uma posição que exige serenidade, cautela e a opressão de vontades, desejos e peculiaridades de sua personalidade. O feminino ainda é associado com uma vontade e condição natural de ser mãe, esposa, cuidadora do lar e àquela que é submissa e tem necessidade de proteção do homem por ser um indivíduo frágil.

No estado, pode-se dizer que as regras criadas no que se refere ao que é ser feminina, o que é ser mulher servem como uma ferramenta de controle social voltada à mulher, a fim de a manter em uma posição vulnerável e inferior, permitindo a superioridade, poder e força do masculino.

### 3.1 - Normativas de comportamento

As mulheres são socializadas a serem contidas, zelosas, frágeis, educadas e tudo que resume a delicadeza. Saffioti (2015, n.p) vai dizer que “as mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores”.

A mulher enquanto indivíduo que deve ser retraído se tornou grande alvo de repressão quando o assunto é apontamento de descontrole emocional. Qualquer que seja a pequena fuga da normativa desse comportamento suave, a mulher já é assinalada como descontrolada e até mesmo como louca que sai do natural do feminino.

O culto da mulher frágil reflete na etiqueta, na literatura e no erotismo de músicas açucaradas e de pinturas românticas; esse ideal foi, segundo Gilberto Freyre, um ideal narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se servia do oprimido - dos pés, das mãos, das tranças, do pescoço, das ancas, das coxas, dos seios como alguma coisa quente e doce que lhe amaciasse, excitasse e aumentasse a voluptuosidade e o gozo. Nesse culto, então, o homem apreciava a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador. (DEL PRIORE, 2020, p.125)

Assim, a questão de gênero sempre foi um marcador social importante quando se trata da saúde mental. A loucura é posta como uma imperfeição feminina, mas ao mesmo tempo como uma característica fundante da mesma. Colocando a mulher constantemente como possuidora de questões de saúde mental.

Um exemplo disso é a trajetória da saúde mental em que se internava os desajustados em hospitais psiquiátricos e a dita histeria da mulher era motivo para internação. Não apenas a histeria, mas até mesmo o fato da mesma não querer um casamento já era motivação para internação. Essa construção de uma função normativa da moral tem o intuito de justificar a ordem social em domínio, garantindo sua produção e reprodução, porém, ao mesmo tempo em que o capitalismo, por ser um modo de produção e reprodução social, necessita das relações sociais estruturais e suas desigualdades políticas, econômicas e culturais para se constituir, como as relações de classe, de raça, de gênero sexualidade e etc, ele também

criminaliza as pessoas que saem do padrão de normalidade imposto pela classe dominante, a burguesia.

O primeiro ponto que se destaca nesse desenho é algo bem recorrente em quase todos os produtos culturais direcionados às mulheres: a ideia de que a coisa mais importante que pode lhes acontecer na vida é encontrar um homem e que ele é/ deve ser o centro motivador organizador de sua vida. Ou seja, naturaliza-se a ideia de que o sonho de toda mulher é se casar (...) Além de ensinar às meninas a verdadeira “benção” pela qual devem buscar em suas vidas (o amor por/ de um homem), esse desenho mostra também os sacrifícios esperados para ser possível obtê-la: de todos, o que mais se destaca é a afirmação do silêncio, como algo desejável para as mulheres. (ZANELLO, 2018, n.p)

Além de que existem aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais que colocam a mulher em uma condição de maior suscetibilidade ao desenvolvimento de questões de saúde mental. Seja devido ao moralismo sobre a mulher “desregulada”, seja pelo fato de que a expressão de sintomas de adoecimento mental como sensibilidade e choro é socialmente pontuada como uma característica feminina. Portanto, pode ser pautada por questões de gênero e não necessariamente sobre a presença da patologia.

“Apesar de todos os progressos alcançados no que diz respeito aos direitos das mulheres, diversos destes conquistados através de muitas lutas e embates dos mais distintos movimentos feministas, ainda hoje a mulher continua desempenhando papéis múltiplos em sua vida, ainda tem sobre ela a delegação do cuidado dos filhos, ainda sofre limitações no mercado de trabalho recebendo remuneração inferior e, entre tantos outros aspectos, ainda não tem domínio, em muitos casos, sobre seu próprio corpo, sendo este delegado à todo tipo de controle: hormonal, médico, psicológico e assim sucessivamente. Estereótipos de fragilidade física e emocional permanecem todos os dias, em maior ou menor grau, fazendo com que as mulheres tenham de lutar arduamente pelo reconhecimento e pela liberdade de simplesmente serem quem são”. (BOEFF; CAMARGO, 2018, n.p)

E no mais, ainda há diversos fatores sociais que sobrecarregam emocionalmente as mulheres causando um esgotamento mental o que permite a sociedade ainda mais a colocar a mulher como um gênero frágil e desequilibrado. Jornadas de trabalho duplas e até mesmo triplas, o constante medo de diversos tipos de violência, a opressão da raiva entre outros pontos são aspectos que influenciam na saúde mental da mulher. E mesmo com todos esses pontos ainda é exigido da mulher a calma.

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. Aquela que revelasse atributos opostos seria considerada

um ser antinatural. Partia-se do princípio de que, graças à natureza, o instinto materno anulava o instinto sexual, e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria anormal. (DEL PRIORE, 2020, p.129)

Assim, a mulher também tem restrições em esboçar seus desejos exigindo um comportamento recatado que demonstra pureza. Enquanto os homens são portadores de desejos sexuais e precisam saciá-los, a mulher mais uma vez é enquadrada como mero meio de reprodução, uma reprodutora.

### 3.2 - Padrões estéticos

Os padrões estéticos não são sempre os mesmos, eles mudam de acordo com a localização e época, por exemplo. Porém o ponto em comum é a dificuldade de atingir esse padrão e o quanto isso é cobrado da mulher. Fator relevante é que essa normativa estética que a sociedade coloca em quase sua totalidade é algo ainda mais difícil de obter pelas classes mais baixas e incentiva um grande consumo, seja em roupas, cirurgias ou tratamentos. As normas sobre as roupas dizem muito sobre o que a sociedade quer que a mulher seja em cada época.

As mulheres de família conheciam mal seu próprio corpo, e toda evocação da feminilidade era malvista - a escolha de roupas íntimas, por exemplo. O corpo devia estar sempre coberto, protegido por laços, nós, botões. No extremo oposto, ou seja, na rua, havia as cocottes, os livros pornográficos, os cafés e os bares. Os Universos masculinos e femininos acentuavam as diferenças, delimitavam espaços, criavam regras, e a aparência tinha muito a dizer sobre a sociedade nos tempos do Império. O homem tentava fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo. (DEL PRIORE, 2020, p.125)

No momento do Império brasileiro por exemplo, o belo e o feminino era representado por cabelos longos, cinturas extremamente finas, pés pequenos e seios fartos. Para obter a aparência desejada as mulheres usavam de artefatos a fim de mudar o corpo para o ideal, artefatos como os espartilhos que algumas das vezes eram até prejudiciais à recepção por serem tão apertados e sapatos também apertados.

Com o passar do tempo o padrão de beleza feminino foi se modificando e se adaptando a cada momento da história, as necessidades e vontades, mas mantendo a essência de incentivo ao consumo e a cobrança do feminino. No mais, o

considerado belo apresenta e ilustra o momento em que a mulher se encontra, seja reclusa como no Império, seja mais livre e ocupando espaços públicos como na atualidade.

As novas relações entre os gêneros se refletem na modificação dos modelos de beleza. A mudança do relacionamento entre homens e mulheres, transformando as relações de dependência e a divisão de papéis sexuais, leva à transformação do modelo de mulher. Esta, que até então sinalizava acolhimento ou inatividade, evolui até incorporar o modelo de mulher ativa, com iniciativa e trabalho. (MORENO, 2008, p.16)

Em contrapartida, com a maior liberdade e autonomia da mulher, buscaram novos meios de controle social da mulher. A mulher no mercado de trabalho significava seu mais acesso a dinheiro, ou seja, uma potência de consumo. Assim, criou-se na mulher um novo ponto de consumo: consumir para atingir o padrão de beleza estipulado.

Outro ponto a ser levado em consideração é o fato de que o padrão de beleza em grande maioria é um padrão difícil de ser alcançado pelas classes baixas. Quando essa determinada classe alcança esse padrão, ele muda para outro que não seja alcançado por tal. Seja por meio de roupas, pelo tipo do corpo, maquiagem e afins. Assim, o padrão estético é viável ao sistema tanto no controle social feminino quanto em um tipo de mercado de consumo que se modifica e se atualiza a cada período.

### **3.3 - Maternidade compulsória**

Como já abordado algumas vezes ao longo do texto, a mulher há séculos e até mesmo milênios tem a imposição da maternidade e muitas das vezes é resumida a uma mera reprodutora. Ser mãe é atribuído como um desejo e vocação natural da mulher, a personificação do sucesso e feminilidade da mulher. “Frente a realidade da maternidade socialmente compulsória, em que é negado à mulher o seu direito à livre escolha sobre o próprio corpo, e, por conseguinte, sobre sua própria vida” (SOUZA et al., 2011, p. 3).

A maternidade compulsória ainda exige da mulher não só procriar, mas cuidar, zelar, ser amorosa, atenciosa, delicada e que exerça essa tarefa com o maior afeto possível. É exigido que ser mãe seja a prioridade na vida, deixando os demais aspectos da vida, inclusive o autocuidado, em segundo plano.

As mulheres que optam por não exercer a maternidade são julgadas socialmente e pontuadas como amarguradas, fracassadas, e até mesmo consideradas como não mulheres em uma totalidade. Já que a mulher só é considerada plenamente mulher quando casada com um homem, sendo mãe e cuidando do lar.

Os discursos ideológicos submetiam a mulher a uma condição materna sublime e venerável, como amorosa protetora, sublime. No entanto, a figura da mulher viria atrelar-se a uma condição social imposta socialmente. Seu papel enquanto mulher já estaria determinado a reprodução e o cuidado. Em consequência disso, o gênero feminino viria ocupar seu “lugar” construído socialmente acerca da maternidade compulsória. (LEMOS, 2022, p.6)

O machismo e patriarcado também se esboçam na não maternidade, quando a mulher opta por não ter filhos há o questionamento se o companheiro está de acordo, se ele quer ter filhos, passando a decisão sobre o corpo da mulher para o homem. Apenas recentemente, foi instituído por lei que a mulher não necessita da autorização do marido para efetuar a laqueadura.

### **3.4 - Sexualidade**

Analisando a diversidade sexual cabe pontuar que na sociedade vigente somente são consideradas expressões sexuais aquelas que estejam dentro de uma certa medida de aceitação. A sexualidade se apresenta como um produto de negociação, luta e capacidade de ação humana, possuindo a heteronormatividade como condutor de suas relações sociais.

Essa argumentação muito se pauta nas classificações estabelecidas pelo capitalismo que, por meio de suas condições pertencentes à produção material da vida, constroem na sociedade funções sociais para o gênero. Dentro disso, podemos exemplificar a objetificação do corpo da mulher, que nesse caso, exercerá, por meio

do controle de sua fertilidade, a obrigação da maternidade para vigência de sua classe social correspondente - e aqui se vale muito mais das classes subalternas que garantem, por sua existência, o sistema de dominação e exploração na era capitalista. Além de que o sistema utiliza de diversos métodos, inclusive da regulação sexual, como forma de dominação.

A heteronormatividade naturaliza e perpetua formas de sexualidade cultural e historicamente específicas, associadas a formas de vida doméstica e divisões próprias do trabalho, considerando-as produtos da natureza humana e fundamentos necessários para uma sociedade humana saudável. [...] O desenvolvimento conceitual da heterossexualidade foi parte constituinte do desenvolvimento da heteronormatividade como modo de regulação sexual. (BHATTACHARYA, 2023, p.275)

Dentro do capitalismo há uma falsa liberdade sexual onde o indivíduo vivencia essa semiliberdade de modo contraditório. No MPC, na teoria, cada um tem o domínio do seu próprio corpo, vontades e desejos. Porém essa liberdade é domínio de modo parcial já que se deve atender a requisitos e padrões sociais. Assim como em outros requisitos da vida, o indivíduo, como aponta Marx (2013), possui uma dupla liberdade paradoxal, onde ele é livre porém carece de algo.

Nas sociedades capitalistas, a sexualidade está organizada em torno dessa paradoxal dupla liberdade, na qual o controle de alguém sobre o próprio corpo é sempre combinado com formas de compulsão. Temos de ser despojados de nosso controle sobre nosso corpo para cumprir os requisitos de exploração, por meio da venda de nossa capacidade de trabalhar, por menos do que o valor do que produzimos. (BHATTACHARYA, 2023, p.280)

O capitalismo necessita retirar o controle efetivo do corpo do ser para colocá-lo em funções dentro do mercado. "Ao desvalorizar alguns corpos, o aviltamento ajuda a produzir sujeitos que valem menos, isto é, sujeitos que se perdem ainda mais nas relações de trabalho que produzem capital" (Hennessy, 2013, p. 131).

Por ser um modo de produção e reprodução social, o capitalismo necessita das relações sociais estruturais e suas desigualdades políticas, econômicas e culturais para se constituir, como as relações de classe, de raça, de gênero e sexualidade. A história da sexualidade é uma história de controle social, de oposição e de resistência às normas morais. Porém, o modo de produção ainda impõem condições e limitações para a vida sexual e a sexualidade de acordo com certas determinações político-econômicas:

a sexualidade é uma relação social de poder que não se reduz nem está subsumida às relações de classe, gênero e raça. As técnicas e formas de regulação surgiram sem ter, necessariamente, a obrigação de gerar lucro e fazer expandir um modo de produção. No entanto, para nós, as relações de sexualidade (e de gênero) são fundamentais para a reprodução deste modo de produção, na medida em que garantem, em longo prazo, o processo de reposição das forças de trabalho e das classes capitalistas, além de parte do disciplinamento das subjetividades e da normatização das práticas sociais. (NOGUEIRA, L; PEREIRA, M; TOITIO, R, 2020, p. 71)

Entretanto, o capitalismo necessita regular as relações sexuais e a sexualidade, não para a obtenção de mais valia ou criação de mercadoria, mas para regular e disciplinar as relações sociais dos membros da sociedade. Só sendo possível o fim dessa regulação e modo de controle social, com o fim do capitalismo. Assim, é atribuída uma normativa de heterossexualidade aos indivíduos, em que o aceitável à mulher é ela se relacionar com homens, já que ao longo da vida ela é ensinada e socializada para amar e depender de homens.

Impondo uma heterossexualidade ao indivíduo busca-se a garantia da reprodução e da produção da força de trabalho, menosprezando uma classe de pessoas quando não enquadradas nesse padrão. Quando um setor da sociedade se vê diminuído, é mais fácil uma segregação e preconceito, o que favorece a anexação desse grupo de pessoas em determinados nichos de trabalhos desvalorizados.

#### **4- Lesbianidade - a fuga das normativas de feminilidade e a violência que isso desencadeia**

Como já abordado ao longo de toda essa produção, existe uma ideologia que diferencia homem e mulher que tem como base uma ordem social, econômica e política visando uma relação onde tem um opressor, o homem, e o oprimido, a mulher. As relações patriarcais existentes na sociedade atuam também no controle social da sexualidade, visando o controle sexual e reprodutivo da mulher.

Essa categoria do sexo serve de alicerce para a ideia da sociedade heterossexual como algo natural. Impondo a uma parcela da sociedade, as mulheres, uma obrigação de reprodução. “A reprodução compulsória da “espécie” pela mulher é o sistema de exploração em que a heterossexualidade se baseia



economicamente [...] por meio da qual se perpetua a apropriação pelos homens de todo o trabalho das mulheres” (Wittig, 2022, p.37).

O homem se apropria de tudo que pertence à mulher, seu corpo, seus desejos, suas conquistas e produções, em boa parcela das vezes essa apropriação é feita de modo direto nas relações conjugais que é selada entre o homem e a mulher por meio do contrato de casamento.

Seguindo pela lógica do que é considerado ou não mulher pela sociedade, Monique Wittig afirma que, no entanto, as lésbicas não são mulheres, rompendo com o binarismo homem e mulher, ela afirma isso no sentido político já que

O que é a mulher? Pânico, alarme geral para uma defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois ‘mulher’ tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres. (WITTIG, 2022, p. 67)

Para Wittig, a lésbica enquanto não mulher não se enquadra na categoria mulher, pois a lesbianidade vai além do binarismo de homem e mulher, do conceito político, ideológico e econômico dos sexos.

Por conseguinte, a mulher só é considerada plenamente e naturalmente mulher quando está inserida nesse modelo de dominação e ainda nos padrões de feminilidade. Quando não está inserida nessa dominação direta na relação entre homem e mulher, rompe com o considerado natural. Muitas das vezes a vivência lésbica rompe com padrões de feminilidade como o estético, comportamental e o padrão de maternidade já que todos esses padrões são desenvolvidos para o agrado do homem e para moldar a mulher a fim de que ela se relacione com um homem, sendo uma boa esposa e boa mãe. Molda a mulher para ser bonita e atrativa aos olhos dos homens, educada e serena para não contestar os homens e que seja mãe para dar filhos aos homens.

#### 4.1 - Vivência lésbica

A existência lésbica rompe não apenas com a normativa de feminilidade, mas também com o que é considerado mulher natural. Ainda segundo Wittig, (2022, p. 46) “Para uma lésbica, isso vai além da recusa do papel de “mulher”. É a recusa do poder econômico, ideológico e político de um homem.” Já que rompe com o ideal das características exigidas para ser mulher.

Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias do sexo (homem e mulher), porque o sujeito em questão (lésbica) não é uma mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos. Pois o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão," uma relação que implica obrigação pessoal e física, assim como obrigação econômica ("residência forçada", corveia doméstica, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc.), uma relação da qual as lésbicas fogem pela recusa de se tornarem ou permanecerem heterossexual. (WITTIG, 2022, p.53)

O rompimento com o que é socialmente imposto e caminha na contramão do que favorece o sistema economicamente, politicamente e ideologicamente tira a mulher da subordinação direta de um marido. Restando a subordinação indireta por meio das demais relações sociais.

Para conservar a ordem que o sistema patriarcal estabelece em relação aos papéis de gênero, ele impoe uma normativa heterossexual. Essa forma de dominação é nomeada como heterossexismo, que coloca a heterossexualidade como o natural e superior e as demais sexualidades como não natural e inferior. Visando o controle das relações sociais para manter o sistema patriarcal, que impõe comportamentos heterossexuais não apenas no quesito sexual e afetivo, mas em toda estrutura social que reafirma a diferença entre os sexos.

Esse tipo de dominação só é possível pelo fato de que o heterossexismo, possui um discurso que dissemina por meio da arte, cultura, informação, ciência e política a ideologia de que o normal é hétero e que oprime o que sai desse natural.

Esses discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade em um campo apolítico, como se todos os signos desse campo pudessem escapar do político neste momento da história e como se, no que diz respeito a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes. Esses discursos de heterossexualidade nos oprimem uma vez que nos impedem de falar a não ser que falemos nos termos deles. Tudo que os coloca em questão é imediatamente tido como rudimentar. [...] Mas, para nós, esse discurso não

está separado do real como está para os semiólogos. Além de manter relações muito próximas com a realidade social que é a nossa opressão (econômica e política), esse discurso é em si real, pois um dos aspectos da opressão, já que exerce um poder preciso sobre nós (WITTIG, 2022, p.59-60)

Essa normativa que extrapola o sexual e afeta o consciente e o social é denominada, segundo Adrienne Rich, como heterossexualidade compulsória. Se refere a uma instituição política que se materializa por meio de violência física e moral e também do apagamento. Atribui fundamento e característica heterossexuais até mesmo em relações homoafetivas e indivíduos fora de âmbito hétero, impõe heterossexualidade como única forma afetiva-sexual e comportamental aceita. Assim, a reprodução do ideal heteronormativa afeta também na relação entre duas mulheres que podem vir a ter relacionamentos de caráter heteronormativos onde uma figura assume as atribuições do masculino.

A heterossexualidade tem sido imposta de forma forçada e subliminar às mulheres. No entanto, as mulheres resistiram-na em todos os lugares, muitas vezes à custa de tortura física, aprisionamento, psicocirurgia, ostracismo social e extrema pobreza. A "heterossexualidade compulsória" foi chamada de um dos "crimes contra as mulheres" pelo Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres de Bruxelas em 1976. (RICH, 2019, p.73)

Assim, a existência lésbica caminha na contramão e resiste contra a heteronormatividade compulsória e a imposição masculina patriarcal. Embora essa existência aconteça sem acesso pleno um pilar social e um apagamento político. Muitas das vezes a lésbica é enquadrada no mesmo posto que os homens gays, sendo que a vivência lésbica é algo único. Levando em consideração que a vivência da mulher tem particularidades que o homem não tem, o homem possui privilégios sociais e econômicos em relação às mulheres. Mesmo que um homem gay e uma mulher lésbica sejam homossexuais, a mulher sofre a opressão de modo específico.

O sistema capitalista-patriarcal de exploração e dominação se apodera das diferenças sociais dos indivíduos e das normativas estabelecidas para intensificar a exploração dos grupos inferiorizados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que os homossexuais possuem uma diferença salarial de até 30% em relação aos heterossexuais, além de apontar uma grande parcela desses indivíduos que sofreram algum tipo de homofobia no mercado de trabalho.

E mais uma vez a situação da mulher lésbica se mostra específica. Além do preconceito no mercado de trabalho em relação a orientação social, tem a sua sexualização enquanto mulher. Segundo Adrienne Rich, a sexualização e a exigência de disponibilidade sexual para o homem faz parte do cotidiano do trabalho da mulher, a autora ainda completa que

Uma lésbica que não sai do armário em seu emprego por causa dos preconceitos heterossexuais não é apenas forçada a negar a verdade sobre seus relacionamentos externos ou sobre sua vida privada. Seu trabalho depende de que finja ser não só heterossexual, mas uma mulher heterossexual em termos de vestuário, e desempenhar o papel reverente da mulher, que é exigido das mulheres "de verdade". (RICH, 2019, p.52)

A mulher lésbica para ser aceita tem que ter aparência, trejeitos e atitudes de uma mulher hétero, o que seria considerada a mulher verdadeira e natural. Em relação a validação e legitimidade, só tem acesso integro um grupo seletivo que se encaixa nos padrões normativos até mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIA+ que já existentes na sociedade heteronormativa, como os padrões de raça e classe, e ainda os padrões de como se vestir, como se expressar, qual corpo deve ter, entre outros. Criando uma então normatividade racista, classista, no qual o indivíduo só é aceito e validado caso se encaixe no que é exigido. Nesse ínterim, o sistema capitalista utiliza também dessa adversidade como ferramenta para aumentar ainda mais a exploração econômica.

Trabalhadoras travestis, transexuais, "bichas" afeminadas, "sapas" masculinizadas etc. estão constantemente em empregos precários e informais, porque não podem acessar uma série de empregos que garantem certos status sociais. O fato de fugirem muito do padrão heterossexista é uma desvantagem na hora de conseguir os melhores empregos; o que muitas vezes leva trabalhadoras/es LGBT a se submeterem a trabalhos estressantes, repetitivos e mal remunerados (como telemarketing, salões de beleza e atendimento em loja). (NOGUEIRA, L; PEREIRA, M; TOITIO, R, 2020, p. 76)

Assim, não só a questão da sexualidade serve como estrutura para uma superexploração e dominação de determinado grupo, mas também as normativas estéticas e comportamentais, onde a mulher lésbica desfem, que não performa feminilidade, saindo dos padrões estéticos e comportamentais do que é considerado mulher de verdade é colocada em níveis baixos da hierarquia presente no modo de produção capitalista. Inferiorizar essas mulheres permite uma superexploração da mão de obra e permite colocá-las em cargos não visíveis, de baixa remuneração e

precarizados. O heterossexismo, o patriarcado e os padrões de feminilidade são eixos bases para o sistema de dominação e exploração.

A mulher lésbica é minimamente aceita na sociedade quando se enquadra nos padrões de feminilidade, seja estético, comportamental, no desejo de constituir família e de ser mãe. Para completar, ela ainda precisa ser discreta, não deixando transparecer sua sexualidade. Visto que quando não se enquadra nos padrões impostos não é considerada uma mulher plena, mulher de verdade.

Toda essa invalidação da vivência lésbica decorre do fato de que quando algo na sociedade foge do que é considerado natural, desencadeia uma série de preconceitos contra aquele grupo. No caso das lésbicas ocorre contra elas a lesbofobia, algo que se manifesta de modo particular que vai além da homofobia, onde a mesma se mescla com o machismo e a misoginia.

(...) a lesbofobia (...) é uma prática social que naturaliza a hostilidade, possibilitando práticas de aversão e repulsa contra mulheres não heterossexuais, bem como legitima os comportamentos de agressão física, psicológica e institucional contra essas mulheres. A lesbofobia compõe o rol da discriminação caracterizado por 'preconceito de gênero', expressões da legitimação do patriarcado. Nesse caso, os comportamentos machistas, sexistas, homofóbicos, transfóbicos, entre outros. Portanto, a lesbofobia configura-se como um instrumento de legitimação de uma hierarquia em torno da sexualidade e da identidade de gênero, sendo, portanto, um mecanismo responsável pela manutenção da ordem social patriarcal. (SANTANA, 2014, p. 158)

A lesbofobia se materializa desde a invisibilidade das mulheres lésbicas, até a violência verbal, moral, econômica, sexual e física. Também está presente na imposição de normativas de feminilidade e na fetichização dessas mulheres. A lesbofobia chega ao seu extremo com o lesbocídio, o assassinato da mulher lésbica pelo mero fato dela ser uma mulher lésbica.

#### **4.2- Índices de lesbofobia e lesbocídio no Brasil**

O Brasil está inserido em um projeto neoliberal que resulta em uma acometida onda de conservadorismo que desencadeia diversas opressões, reforçando e ampliando preconceitos e intolerâncias baseadas na conservação da família, dos

bons costumes e da religião. Assim, a sexualidade não heteronormativa e a liberdade e independência da mulher são vistas como ameaças para os defensores do conservadorismo. Tornando a convivência social algo rodeado por lesbofobia e a invisibilidade dos acontecimentos com as mulheres lésbicas.

Dados sobre a lesbofobia e o lesbocídio no Brasil são praticamente nulos, sendo notificados como crimes a LGBTQIA+, assim os casos não são especificados e nomeados como devem ser. Os crimes contra as lésbicas não serem notificados com a nomenclatura que deveriam, lesbofobia e lesbocídio, dificulta a difusão e o entendimento do real grau de violência desse público no território. Além de que ainda obstaculiza a mobilização e revolta sobre esses fatos, restando a mobilização apenas das próprias lésbicas, provocando um apagamento nas mídias. A falta de dados em relação às lésbicas dificulta a criação de políticas públicas para essa parcela da população, já que a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nem mesmo a Lei 13.104/2015 (Lei do feminicídio) interpelam e a violência contra lésbicas.

O estudo das formas de violência e a possibilidade de tipificá-las demonstra a necessidade de uma atenção especial do Estado para com as mulheres devido à constatação de um problema social crônico de privação de direitos civis às mulheres vítimas de violência e da multiplicidade de opressões. As formas de violência contra as lésbicas não costumam ser tratadas com a seriedade necessária, o direito das vítimas por justiça e por memória que lhes é negado. As investigações sobre os casos não costumam ser consistentes, os dados disponíveis costumam estar incompletos e há um profundo descaso em todas as esferas para com estas mortes. Tal panorama dificulta e em muitos casos impossibilita o registro e o acompanhamento dos casos assim como o inviabiliza a homenagem às memórias das lésbicas mortas. (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p18)

Para a elaboração da análise sobre a lesbofobia e lesbocídio no Brasil serão utilizadas as informações fornecidas pelo “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil”, que foi pioneiro na pesquisa em relação à coleta de dados em relação às lésbicas no Brasil. Também serão utilizadas as informações contidas no relatório da primeira etapa do “I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil” que ainda está em desenvolvimento pela LBL e pela Associação Lésbica Feminista de Brasília.

Para evitar sofrer algum tipo de repressão ou preconceito, muitas lésbicas preferem assumir a sexualidade, Segundo o LesboCenso, com dados de 2021 e

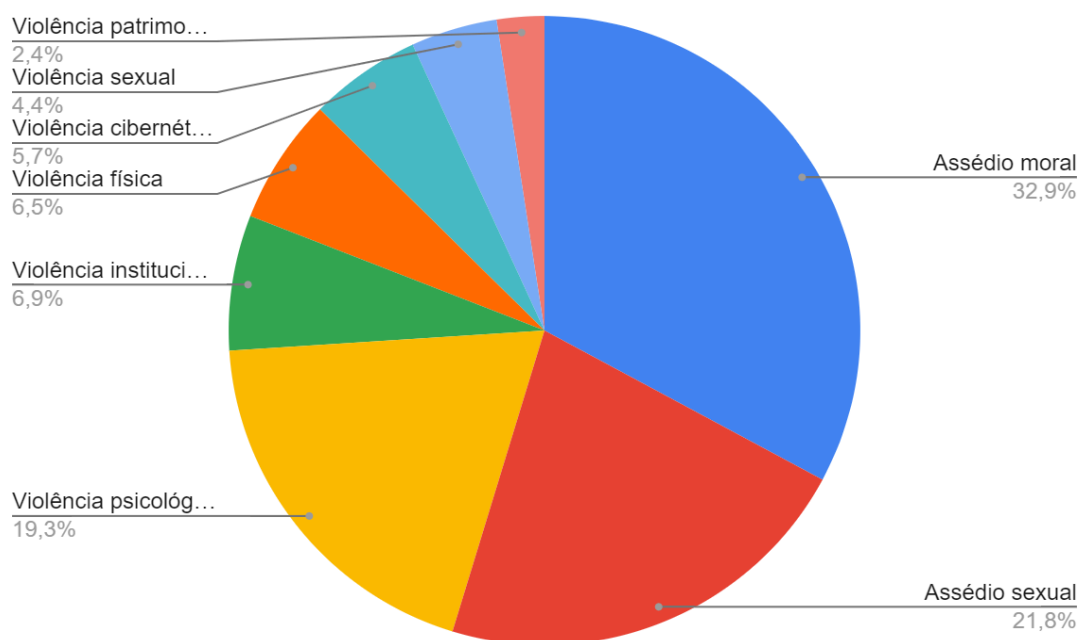
2022, das entrevistadas que não são assumidas 28.25% não se assumiu na família, visto que as violências em 29,32% das vezes são provocadas por alguém da família.

Ainda sobre não se assumir, 21.06% evitaram se assumir no trabalho, ilustrando em números o que foi abordado no tópico anterior em relação ao fato de que as mulheres lésbicas precisam esconder a sexualidade para dar a ideia de uma falsa disponibilidade ao homem, a fim de manter e prosperar no mercado de trabalho evitando algum tipo de preconceito.

Outro local em que elas evitam se assumir são nas instituições religiosas, correspondendo a 17.78%, local esse propício para a manutenção do conservadorismo e da sustentação da ordem heterossexual e patriarcal se baseando em normas divinas e na demonização da lesbianidade como pecado.

Ainda segundo o LesboCenso a maioria das lesbicas já sofreram algum tipo de lesbofobia, sendo 78,61% delas, ainda 77,39% conhecem outras lésbicas que também já sofreram algum tipo de lesbofobia. Os episódios ocorrem em maioria na rua em 19,66% dos casos e 14,68% das vezes foi dentro da própria casa. Como ilustrado no Gráfico 1 a seguir, os atos de lesbofobia que se destacam são o assédio moral (31.36%), assédio sexual (20.84%) e violência psicológica (18.39%). E em grande parte das vezes, 38.36%, a vítima não reagiu.

Gráfico 1: Tipos de lesbofobia



Fonte: (LesboCenso, 2022)

A violência contra lésbicas chega ao limite com o assassinato da mesma, fato nomeado como lesbocídio, que representa um crime de ódio e preconceito que tem como intuito o extermínio de um grupo específico de pessoas, as lésbicas. Na maioria das vezes o lesbocídio é praticado por homens motivados por ódio, preconceito e pela virilidade.

A repulsa à existência das lésbicas advém do fato de que elas são mulheres que não correspondem às normas patriarcais heterossexistas. Impossibilitando a dominação masculina em sua plenitude, por não estarem sujeitas a alguns tipos de relações de dominação com os homens, sendo vista como um ser indomável e até mesmo perigoso. Mas isso não a exclui da dominação masculina de modo geral e das opressões do sistema patriarcal, pelo contrário, esse sistema faz com que elas sejam desvalorizadas.

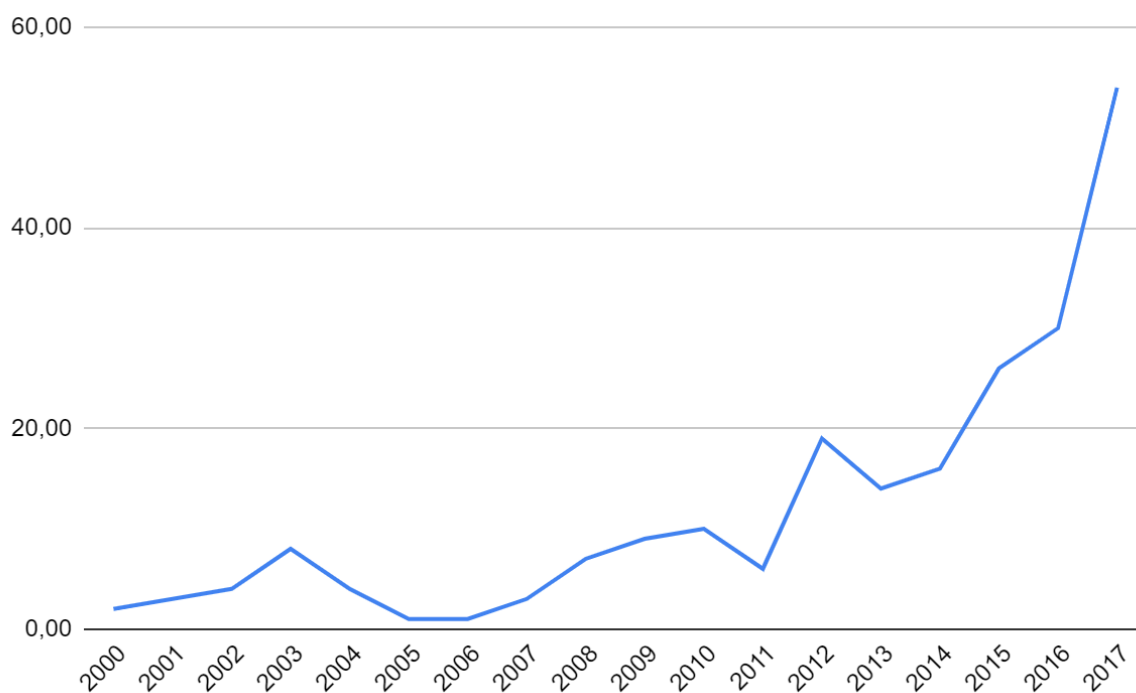
Tal desvalorização dificulta a existência do debate e tipificação sobre o lesbocídio, impossibilitando a catalogação dos lesbocídios ocorridos na totalidade. Assim, muitos dos casos são nomeados apenas como assassinatos e mortes comuns, não mortes provocadas pelo ódio e repulsa às lésbicas.



De maneira, geral, as mortes de mulheres lésbicas são subnotificadas e/ou invisibilizadas por não haver o entendimento da lesbofobia como vetor da violência estrutural e, conseqüentemente, como possibilidade da motivação dos assassinatos. (FUCHS, 2019, p. 297)

Assim, por meio do “Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil” com dados das pesquisas do grupo de pesquisa “Lesbocídio – As histórias que ninguém conta” e do GGB com dados da catalogação até 2017, foi possível notar um crescimento considerável de lesbocídio. Como está representado no Gráfico 2 a seguir.

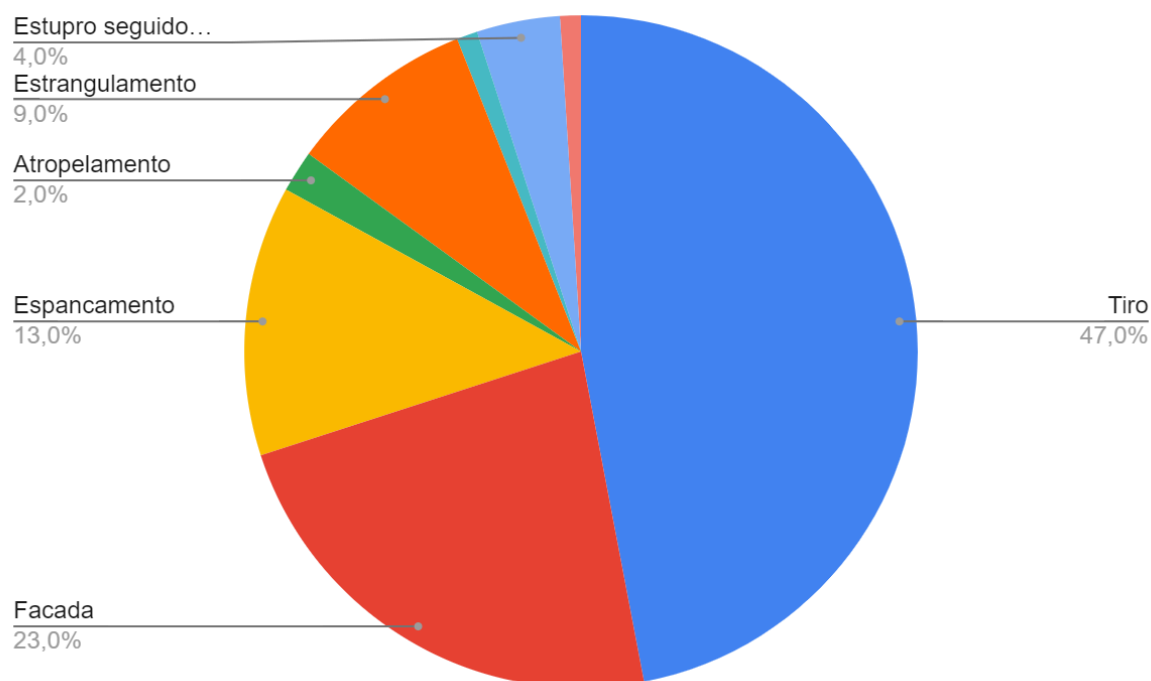
Gráfico 2 - Taxa de lesbocídio no Brasil



Fonte: (Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil, 2018)

Do ano 2000 até 2017 o registro de lesbofúcio no Brasil cresceu 2700%, apontando um crescimento ainda maior a partir do ano de 2013. Esse aumento pode representar um maior número de casos registrados, mas também pode significar um crescimento nos casos de lesbofúcios ocorridos. Dados de 2014 a 2017, representados no gráfico 3, apontaram que os meios mais utilizados para praticar o lesbofúcio foram tiros (47%), facada (23%) e espancamento (13%)

Gráfico 3: Meios da prática do lesbofúcio



Fonte: (Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, 2018)

O Dossiê conseguiu catalogar o perfil das vítimas de lesbocídio ocorridos entre os anos de 2014 e 2017. A maioria dos casos ocorreu com jovens entre 20 e 24 anos e a maior parcela dessas jovens foram assassinados por algum conhecido. Ainda tem o recorte que um pouco mais da metade das vítimas são brancas, mas segundo as criadoras do Dossiê esse número pode ser desproporcional pelo fato das não notificações nas mídias sociais e que entra em contradição com o mapa da violência no Brasil onde quem mais morre são as pessoas negras. Mostrando um apagamento do extermínio da população racializada. Nas palavras das autoras,

Com esse cenário, como é possível afirmar que lésbicas brancas morrem mais do que lésbicas negras? É muito provável que os números reais de mortes de lésbicas indígenas e negras seja superior ao número de mortes de lésbicas brancas, no entanto, de acordo com os registros feitos a partir de dados coletados da mídia brasileira, as notificações das mortes de lésbicas brancas são superiores ao das lésbicas das demais raças/etnias. A forma de obtenção dos dados e a precariedade evidente dos mesmos é o motivo principal para considerarmos a pesquisa em caráter experimental. Acreditamos que a divulgação dos dados existentes pode contribuir com a visibilidade da questão lésbica e com isso para a melhoria na qualidade das divulgações e consequentemente a aproximação dos números de registros

com os números reais de óbitos. (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 78)

O documento também retrata que 66% das vítimas de lesbocídio nesse recorte de tempo foram as lésbicas desfem, aquelas que não são feminizadas. Ilustrando o que foi abordado nessa produção anteriormente que quando uma lésbica não segue os padrões de feminilidade impostas socialmente pelo sistema patriarcal ela sofre uma opressão e uma repulsa ainda maior. São vistas como aberrações e até mesmo como um “homem incompleto”. Segundo Paul B Preciado (2014, p.207), “sua identidade surge exatamente no desvio de um processo de repetição”.

A lésbica desfem rompe com o estereótipo binarista de feminilidade e masculinidade, sendo vista como algo performático vinculado a sexualidade e também como uma concorrente do homem, atingindo sua virilidade e provocando o ódio e repulsa. Por ter a sexualidade o rompimento com o padrão de feminilidade escancarado, fica mais suscetível a ataques lesbofóbicos e ao lesbocídio.

Além do lesbocídio, o extermínio da população lésbica brasileira também acontece por meio do suicídio, que ocorre em maioria também entre as jovens com idade entre 20 e 24 anos. Desencadeado pela sequência de preconceitos vivenciados e pela opressão social. Das mortes contabilizadas entre 2013 e 2017, mais da metade delas ocorreu no último ano do levantamento dos dados, demonstrando um crescimento do fato.

Assim, o Brasil em sua particularidade vivencia o extermínio de mulheres lésbicas com cada vez mais frequência e segue sendo um país sem políticas públicas específicas voltadas para essa população com a finalidade de reduzir essa porcentagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado surge por uma demanda de conservação da sociedade e posteriormente é apropriado como meio de inferiorizar um determinado grupo de pessoas, as mulheres. A dominação dos homens sobre as mulheres foi o que possibilitou que os homens dominassem outros homens, o que tornou possível o surgimento do capitalismo tempos depois.

Com a consolidação do capitalismo foi necessário meios de inferiorizar alguns grupos de pessoas para viabilizar uma superexploração garantindo a produção e reprodução das relações de trabalho e obtenção de mais valia. Utilizando no entanto, de meios como o patriarcado e o heterossexismo para se manter e firmar a hierarquização dos indivíduos na sociedade.

Para manter a inferiorização se cria demandas e normas a serem seguidas que excluem e até mesmo demonizam os que não se encaixam. Às mulheres foram instituídas normativas de feminilidade em que, para ser considerada uma mulher plenamente, exigem condições estéticas, comportamentais, e outras mais. Para ser mulher de verdade, seria preciso representar a feminilidade como cabelos grandes, maquiagem, delicadeza, o desejo da maternidade e tudo que desperte o interesse e supra as vontades e necessidades dos homens.

Assim, as questões patriarcais e heterossexistas representam tanto um interesse ideológico de inferiorização da mulher, principalmente as mulheres lésbicas, quanto de defesa do interesse masculino. Mas essas formas de dominação também representam uma condição material de manter uma hierarquização que permita o pagamento de salários mais baixos para uma determinada categoria de pessoas.

Contudo, as lésbicas estão em uma posição totalmente inferior, vivenciando cotidianamente opressões que resultam em atos de lesbofobias motivados por normas morais. Em casos mais extremos a lesbofobia chega ao ponto de se tornar lesbocídio, exterminando o que a sociedade considera de menor valor, imoral e inferior, pelo fato de que lésbicas não são consideradas mulheres reais por estarem fora das normativas de feminilidade. Essa é uma condição presente quase que na

totalidade do mundo, mas em cada local a opressão e a exploração das mulheres que não seguem as normativas de feminilidade tem um recorte diferenciado, com mais ou menos direitos.

No recorte brasileiro não há a inexistência de políticas públicas e meios que evitem o extermínio e opressão das lésbicas. O Brasil atual carrega da colonização a naturalização da violência, as relações patriarcais e raciais e a opressão de gênero, sexualidade, raça, etnia e classe. Um país dependente dos países colonizadores e que não superou as particularidades da colonização e as questões de classe e hegemonia da burguesia, na qual a maioria da população não se encaixa nesses padrões impostos para a validação no meio LGBTQIA+, pessoa branca, classe média ou classe rica e que se encaixa nas normas de gênero. Contudo, a mulher lésbica desfem inserida na sociedade brasileira, sofre a todo momento opressão e invalidação tanto na ordem heteronormativa quanto na ordem homonormativa.

Entretanto, a opressão de gênero e sexualidade sofrida pela mulher lésbica fora do padrão de feminilidade, vem do fato de que fere as normas impostas pelo patriarcado e pelo heterossexismo, rompendo com a premissa de uma formulação familiar heteronormativa e quebra com a ideia de seguir o padrão de feminilidade voltado a satisfação masculina.

Concluimos que a superação de tal opressão só será possível de maneira íntegra e global com a superação do capitalismo, dado que não é possível superar as contradições e ferramentas de manutenção do capitalismo enquanto ele for o sistema de reprodução social, econômico e histórico vigente.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino**. Maceió: Catavento, 2003. p. 140.

ASSOCIAÇÃO LÉSBICA FEMINISTA DE BRASÍLIA - Coturno de Vênus, Liga Brasileira de Lésbicas. **I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil**. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BERLANT, Lauren & WARNER, Michael. "**Sex in Public**", *Critical Inquiry*, v. 24, n. 2, P. 547-66, 1998

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria Da Reprodução Social**. São Paulo. Elefante, 2023.

CISNE, M. **Feminismo e marxismo**: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 132, pp. 211-230, maio-ago. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>> Acesso em 06 de set de 2023.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patrícia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. tradução Rane Souza. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021

COSTA, Renata Gomes da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

COTRIM, Flávio Badaró. **Patriarcado, Capitalismo e Estado nas obras de Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser**. 2020. 179 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt; AMATO, Bruna. **Do luto à luta: lésbicas no foco e no enfrentamento da violência contra mulheres**. In: BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. (Org.). Coleção Não há lugar seguro: estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase no gênero. Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), v. 1, p. 284-300, 2019, p. 297.

HENNESSY, Rosemary. **Fires on the Border: The Passionate Politics of Labor Organizing on the Mexican Frontera**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele; ABREU, Estela Dos Santos . **A Classe Operária Dois Sexos**. Estudos Feministas 2, No. 3, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamentos feministas hoje perspectivas descoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2020.

LEMOS, Kelly de. **As construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória**. 2022. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Ufpe, Caruaru, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo, Cultrix, 2019.

MORENO, Raquel. **A beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Agora, 2008



NOGUEIRA, Leonardo. PEREIRA, Maysa. TOITIO, Rafael .-- **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. "**Pró III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**". Disponível em: <[http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id\\_articulo=314](http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=314)>. Acesso em: 03 fev. 2011

OSÓRIO, Jaime. As classes Sociais no capitalismo. In: **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. 2014.

PERES, Milena Cristina Carneiro. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil** : de 2014 até – Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e guerreiras**: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo. Plane, 2020.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade Compulsória e existência lésbica**. Rio de Janeiro. A bolha, 2019.

RODRIGUES, Larisse; BATISTA, Jessica Juliana; OLIVEIRA, Janine. **Patriarcado heterossexista e resistência lésbica na pauta do movimento femista**. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILARIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Katia (Orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

SANTANA, Anabela Maurício de. **Gênero, sexualidade e educação: perspectivas em debate**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 7, n. 12, jan.-abr.2014, p. 151-167. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2962>>. Acesso em: 27 dez. de 2023.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de M. M. Galvão. São Paulo: Autêntica, 2022.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero E Dispositivos: Cultura E Processos De Subjetivação**. Appris Editora; 1ª edição 2018.